

2012

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 4 - N.02
Maio de 2012
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ GEOGRAFIA ELEITORAL EM FOCO

Sonia Terron
Tiago Prata L. Storni
Natalia Maciel
Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza
Luís Felipe Guedes da Graça
Andreza Davidian
Glauco Silva
Lara Mesquita

Opinião

Gabriel Fernandes Guimarães

Resenha

Juliano Domingues da Silva

Periódico Eletrônico do Grupo de
Pesquisa "Opinião Pública, Marketing
Político e comportamento Eleitoral"



Universidade Federal de Minas Gerais

Avenida Presidente Antonio Carlos, 6627
Campus Pampulha CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-3823

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Bruno Dallari – UFPR

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA

Dalmir Francisco – UFMG

Denise Paiva Ferreira – UFG

Gustavo Venturi Júnior – USP

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Heloisa Dias Bezerra – UFG

Julian Borba - UFSC

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ

Luiz Cláudio Lourenço – UFBA

Malco Braga Camargos – PUC-MINAS

Marcus Figueiredo – IESP/UERJ

Mathieu Turgeon – UnB

Rubens de Toledo Júnior – UFBA

Pedro Santos Mundim – UFG

Silvana Krause – UFRGS

Yan de Souza Carreirão – UFPR

Jornalista Responsável

Érica Anita Baptista Silva

Equipe Técnica:

Érica Anita Baptista Silva

Johnatan Max Ferreira

Paulo Victor Teixeira Pereira de Melo

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política –

DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil – CEP: 31.270-901

+ (55) 31 3409 3823

Email: marketing-politico@uol.com.br

Twitter: @OpPublica

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas
e Econômicas – IPESPE

As opiniões expressas nos artigos são de
inteira responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano IV, Número II, Maio de 2012.

SUMÁRIO

Editorial	5-7
Dossiê: “Geografia eleitoral em foco”	
• Geografia eleitoral em foco Sônia Terron	8-18
• Tempo, lugar e força Tiago Prata L Storni	19-28
• Análise do efeito <i>coattail</i> do PT utilizando modelos econométricos espaciais Natália Maciel	29-42
• A regionalização dos votos partidários para a Câmara Federal no Rio de Janeiro nas eleições de 2010 Glauco Silva Lara Mesquita Andreza Davidian	43-52
• Padrões de dependência espacial de votação e gastos de campanha: análise exploratória dos deputados federais e estaduais do Rio de Janeiro (2002 a 2010) Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza Luís Felipe Guedes da Graça	53-62

Opinião

- **Quando o Tenente Glahn foi à guerra: o atentado em Oslo (2011)** 63-69
Gabriel Fernandes Rocha Guimarães

Resenha

- **Eleições e pesquisas eleitorais: desvendando a caixa-preta** 70-77
Juliano Domingues da Silva

Colaboradores desta edição 78-79

EDITORIAL

Geografia Eleitoral em Foco

Esta edição especial do Em Debate aborda temas relacionados à geografia eleitoral e foi organizada pelo Grupo Análise Espacial da ALACIP, que tem como coordenadora a pesquisadora Sônia Terron, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Sônia Terron abre a discussão mostrando o crescente interesse pela geografia eleitoral no Brasil e na América Latina. Ela pontua brevemente a trajetória da geografia espacial e apresenta a análise espacial como método, resumindo as funções de algumas ferramentas úteis e disponíveis para o cientista social.

Na sequência, Tiago Prata Storni, Assistente de Marketing na empresa Fattoriaweb, aborda as estratégias gerais de inserção partidária em campanhas eleitorais, levando em consideração a dinâmica do voto no território, e tendo em perspectiva a comunicação interpessoal. O autor traz, ainda, as discussões relativas ao padrão geográfico brasileiro definido por situação e oposição, e aponta-se para o risco de uma tentadora campanha marqueteira-pragmática, principalmente em contextos de melhor comunicação.

Natalia Maciel, doutoranda em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), discute em seu artigo a existência de um efeito *coattail* para a votação de deputados federais do PT. Para isso, a autora elaborou modelos econométricos espaciais a fim de analisar a influência da imagem do candidato à presidência, da presença anterior de governadores deste partido, da votação dos candidatos a governador no pleito em análise e indicadores sociais, na votação para deputados federais.

Glauco Silva, professor da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), Lara Mesquita, doutoranda em Ciência Política na

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), e Andreza Davidian, mestranda em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), todos pesquisadores do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap), continuam a discussão apresentando um estudo acerca da necessidade de se avaliar o resultado eleitoral nas disputas proporcionais federais como fruto de estratégias adotadas pelos partidos sob a perspectiva espacial. Para tanto, os autores selecionaram a eleição de 2010 no Rio de Janeiro para análise, buscando-se identificar se a votação dos partidos se distribui ou não de maneira homogênea ao longo do território e quais as áreas de relativa concentração destes votos.

Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza e Luís Felipe Guedes da Graça, ambos doutorandos em Ciência Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), investigam, de modo exploratório, se existe associação entre o padrão de dependência espacial de votação dos deputados federais e estaduais e seu respectivo padrão de gasto de campanha por voto. A referência espacial de análise é o conjunto de municípios do Rio de Janeiro, nas eleições de 2002, 2006 e 2010.

Na seção *Opinião*, Gabriel Fernandes Rocha Guimarães, doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), discute o tema da extrema direita na Europa, tendo como ponto central o atentado cometido em Oslo em agosto de 2011, por um extremista de direita, quando 77 pessoas foram mortas. O autor se baseia no argumento de que o crescimento da extrema direita é um fenômeno mais contra a globalização do que a multiplicidade de culturas, desde que estas culturas tenham suas próprias bases territoriais.

Finalizando esta edição especial, Na seção *Resenha*, Juliano Domingues da Silva, doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), apresenta o livro “Eleições e pesquisas eleitorais: desvendando a caixa-preta”, que se propõe a esmiuçar as etapas

de operacionalização das pesquisas eleitorais de modo simples e didático, desde as possibilidades de desenho de *surveys* à interpretação dos números. Ele destaca que, embora apresentem um panorama geral dos procedimentos básicos relacionados ao tema, os autores abordam, mais detidamente, os meandros da técnica de amostragem por cotas.

GEOGRAFIA ELEITORAL EM FOCO

Electoral Geography in focus

Sonia Terron

Coordenadora do Espaço Alacip

✉ sonia.terron@espacioalacip.net

Resumo: *Este artigo aborda o crescente interesse pela geografia eleitoral no Brasil e na América Latina, pontua brevemente sua trajetória histórico-conceitual, desde as origens na geografia francesa, e apresenta a análise espacial como método, resumindo as funções de algumas ferramentas úteis e disponíveis para o cientista social.*

Palavras-chaves: *comportamento político; eleições; análise espacial.*

Abstract: *This article addresses the growing interest in electoral geography in Brazil and Latin America, points out briefly its historical and conceptual trajectory from its origins in French geography, and introduces the spatial analysis as a method, summarizing the functions of some useful and available tools to the social scientist.*

Key words: *political behavior; elections; spatial analysis.*

O interesse pela geografia eleitoral vem crescendo. No Brasil, há cerca de cinco anos atrás não se encontrava mais de duas dezenas de trabalhos relacionados à geografia das eleições posteriores ao regime militar, menos ainda das eleições anteriores. Este ano o Geovoto – I Seminário Internacional Instituições, Comportamento Político e Geografia do Voto (www.geovotounb.com.br), que se realizará na Universidade de Brasília, em maio próximo, trará para o debate, além de palestras e mesas redondas, vinte e nove trabalhos selecionados de um conjunto bem maior, que superou as expectativas. Destes, boa parte relaciona-se com a geografia eleitoral.

Na ciência política latinoamericana também há sinais de renovado interesse. Em maio de 2011 um pequeno grupo de dezesseis pesquisadores e

interessados em análise espacial, sendo onze brasileiros e cinco dominicanos, se reuniu no IV Congresso Latinoamericano da Opinião Pública da WAPOR (www.waporbh.ufmg.br), em Belo Horizonte, para fundar o Espacio Alacip, grupo de pesquisa em Análise Espacial na América Latina, vinculado à Associação Latinoamericana de Ciência Política (www.alacip.org). O propósito: promover a reinserção do espaço, enquanto conceito e método, na agenda de estudos sociopolíticos. Os interesses de pesquisa inicialmente postos: uma linha exclusivamente metodológica, e quatro temáticas sobre análise espacial associada a comportamento político-eleitoral, criminalidade e política de segurança pública, política social, política urbana e política regional.

Um ano depois o Espacio Alacip está alcançando a casa dos cem afiliados, entre pesquisadores e interessados. O quantitativo de países representados aumentou de dois para treze: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai. Das linhas de pesquisas informadas, as de maior interesse são a metodológica, e as temáticas de análise espacial e política social, e análise espacial e comportamento político-eleitoral. Esta última, a linha da geografia eleitoral.

Em março deste ano a *I Jornada de Grupos de Pesquisa da Alacip: Seminário Investigando a América Latina* (www.alacip.org/jornada) reuniu os grupos de pesquisa Religião e Política e Espacio Alacip. Na reunião do Espacio Alacip foram apresentados e debatidos doze trabalhos empregando métodos de análise espacial como ferramenta de investigação e o espaço como unidade principal ou complementar de análise. Foram onze artigos do Brasil e um do México; onze relacionados à geografia eleitoral e um à política social de gênero. Quatro destes trabalhos compõem este Dossiê.

Ainda neste semestre teremos os dois simpósios do Espacio Alacip que serão realizados no 6º. Congresso Latinoamericano de Ciência Política (alacip2012.org), no Equador: *Geografía Electoral en América Latina e Aporte Geoespacial a Políticas Públicas Sociales y de Seguridad Ciudadana*. Estão inscritos vinte e nove trabalhos de nove países latinoamericanos. Estamos avançando. Várias outras iniciativas pioneiras continuam a colocar a geografia eleitoral e a análise espacial em foco.

Neste artigo gostaria de pontuar, ainda que de maneira breve, a trajetória do campo que ficou conhecido como geografia eleitoral, para vislumbrar um pouco do seu legado histórico-conceitual; e informar sobre a disponibilidade de uma caixa de ferramentas básicas e úteis de análise espacial, com intuito de desmitificar a complexidade e despertar o interesse pelo método quantitativo espacial.¹

Geografia eleitoral: evolução conceitual do campo de pesquisa

O campo que ficou conhecido como geografia eleitoral está prestes a completar cem anos. Em 1913, uma análise inovadora foi publicada na França, por André Siegfried, sugerindo a relação causal entre o tipo do solo e a orientação do voto no norte do país. Esta obra, o *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République* (Siegfried, 1995), republicada em 1995, marca a origem deste campo acadêmico novo. O legado de Siegfried e de seu discípulo Goguel influenciou várias gerações de geógrafos e sociólogos políticos na França e nos países de língua francesa. A metodologia francesa se consolidou

¹ Nas seções subsequentes são citados apenas alguns dentre os muitos autores e obras que marcaram a evolução, e que são referências atuais, tanto da geografia eleitoral quanto da análise espacial. O texto original sobre a evolução histórico-conceitual da geografia eleitoral e sobre o método de análise espacial, que subsidiou a elaboração desta síntese, bem como a relação completa das referências bibliográficas, pode ser conferido em Terron (2009). Há uma relação atualizada de referências sobre análise espacial disponível na ementa do Seminário *Como Empregar Métodos de Análise Espacial para Investigação do Comportamento Eleitoral e da Criminalidade*, ministrado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ), no segundo semestre de 2011, pelos professores Argelina Figueiredo, Gláucio Soares e Sonia Terron.

como a associação de representações cartográficas descritivas e estatísticas para compreender os fenômenos políticos.

Nos países de língua inglesa, especialmente nos Estados Unidos e Inglaterra, a geografia eleitoral se desenvolveu, a partir da década de 1940, como uma linha mais fundamentada em métodos quantitativos espaciais do que cartográficos. Em 1937 a pesquisa sobre a orientação do voto em Estocolmo, publicada por Tingsten, inaugurou a corrente metodológica da análise de estatística de dados eleitorais e sociais agregados, o estudo ecológico, que se tornou parte integrante da geografia eleitoral. No final da década, V. O. Key (1949) descreveu o efeito de vizinhança (*friends and neighbors effect*), caracterizado pela preferência a candidatos locais em detrimento de outros, e que continua a ser objeto de pesquisa até hoje. Key (1955) estudou a dinâmica das eleições e as mudanças de padrões de apoio partidário em eleições críticas, e influenciou os trabalhos de Clark Archer e Peter Taylor, que continuaram pesquisando a geografia regional das eleições presidenciais americanas. Seu trabalho continuou influenciando toda uma geração de cientistas políticos e geógrafos políticos.

Simultaneamente, sociólogos da Universidade de Columbia, liderados por Paul Lazarsfeld e Bernad Berelson, inauguravam a corrente da lógica social do comportamento eleitoral. Utilizavam, ao invés de dados agregados, levantamentos sociais em comunidades específicas. Recolhiam evidências de que os eleitores eram influenciados e influenciavam as visões e opiniões daqueles com quem falavam ou interagiam (LAZARFELD *et al*, 1944). Um dos efeitos metodológicos positivos de longo prazo dos estudos de Columbia foi a utilização de levantamentos estatísticos amostrais (*surveys*), com pesquisas individuais, como principal fonte de dados para a análise do comportamento eleitoral. Um dos efeitos negativos, do ponto de vista da geografia eleitoral, foi

que estes levantamentos foram gradativamente suprimindo a localização e a categoria espaço geográfico como integrante da análise.

No início da década de 1960, com a publicação do clássico *The American Voter* (CAMPBELL *et al.*, 1960) as questões investigadas pela ciência política entraram profundamente no campo das atitudes individuais do eleitor, uma vez que o estudo concluía que a vinculação individual aos partidos era a principal causa do comportamento eleitoral. Vários aspectos como a economia, a religião, a decisão racional, o poder de persuasão das campanhas, e as características pessoais do candidato passaram a ser objeto de investigação sobre a escolha eleitoral. A geografia eleitoral, suas teorias de vizinhança e influência local e regional, e até mesmo as da influencia das redes sociais, deixavam de ser centrais na agenda de pesquisa da sociologia política.

Na década de 1970 a discussão da geografia eleitoral ressurgiu, notadamente no trabalho de Kevin Cox, que resgata a linha de pesquisa de Columbia e do trabalho de Key, buscando comprovações da influência de efeitos contextuais no comportamento eleitoral. O trabalho de Cox buscava integrar os efeitos das interações sociais (círculo de convivência, reciprocidade), contextuais (distância geográfica, campo de força) e ideológicos. Cox continua a influenciar a geografia eleitoral apesar de alguns de seus argumentos se terem enfraquecidos.

A partir da década de 1980 a discussão que se acerca da geografia eleitoral é polarizada em duas linhas de pesquisa. Numa defende-se a hipótese de que o contexto que influencia o comportamento eleitoral é aquele estabelecido pelas redes de interação social, o espaço social, quer entre amigos e vizinhos ou entre ambientes homogêneos e heterogêneos (BAYBECK, HUCKFELDT, 2002; HUCKFELDT *et al.* 2005, ZUCKERMAN, 2005). Noutra defende-se a hipótese de que o contexto geográfico, o espaço vivido,

exerce mais influência que a interação social (AGNEW, 1996^A; AGNEW, 1996B; BURBANK, 1995; CHO, RUDOLPH, 2008; JOHNSTON, PATTIE, 2006).

Em síntese, o efeito de vizinhança, a influência das redes sociais, e o impacto do contexto geográfico sobre a decisão do eleitor constituem as bases da discussão conceitual da geografia eleitoral que ressurge em meados da década de 1970. Este ressurgimento deve-se também aos avanços tecnológicos que permitiram o surgimento de novas técnicas de análise espacial. Aos pesquisadores da geografia eleitoral somaram-se, nas últimas décadas, especialistas como L. Anselin, J. O'Loughlin, A. S. Fotheringham, M. J. Smith e outros, que investiram e desenvolveram técnicas e modelos de análise espacial que potencializaram tremendamente o campo de estudo. A análise espacial disponibiliza hoje uma caixa de ferramentas extremamente útil para a pesquisa do comportamento político-eleitoral.

Análise Espacial: uma caixa de ferramentas para o cientista social

A análise espacial pode ser confundida com a produção de mapas. Toda produção de mapa pressupõe uma análise do espaço geográfico, mas a análise espacial de que tratamos refere-se ao método que possibilita a investigação de eventos, padrões e também de processos que operam no espaço. Este método deriva do movimento teórico-quantitativo da geografia dos anos 50 a 70, e do desenvolvimento da ciência da computação, cuja evolução produziu uma poderosa caixa de ferramentas para investigação “do que acontece onde, com base na associação digital de feições e fenômenos da superfície terrestre às suas

localizações através da informação geográfica” (SMITH *et al*, 2007, p.33). Sua aplicação é ampla.²

A ênfase da análise espacial é investigação e a mensuração de padrões espaciais e das possíveis relações destes padrões entre si. Na análise espacial os lugares são denominados de objetos, e podem ser representados por pontos, linhas ou polígonos conforme a escala e a característica do lugar que se quer representar. Os padrões pontuais são apropriados para investigações da ocorrência de crimes, doenças, espécies vegetais; análise de dados referentes a escolas, hospitais e outros locais que podem ser representados por um ponto no espaço. Os lineares são apropriados para análise de rotas, vazão de rios, volume de tráfego e outras. Os padrões de área são empregados nas análises demográficas, sociais, políticas, econômicas, ambientais e outras que se utilizam de dados agregados por unidades territoriais. Estes últimos são os mais utilizados na geografia eleitoral. (CÂMARA, MONTEIRO *et al*, 2002)

Há um grande número de técnicas que podem ser empregadas para a mensuração e análise das relações espaciais. Os mapas coropléticos (do grego, *choros* significa área e *plethos* significa valor) são extremamente úteis para a análise visual de padrões espaciais. Nesse tipo de mapa, as áreas são classificadas por cores ou símbolos de acordo com uma escala discreta baseada no valor do atributo de interesse em cada área. As cores são atribuídas considerando-se a intensidade do fenômeno de modo que se perceba uma hierarquia nos dados. A definição dos intervalos de classe é feita com base em

² Tal como a estatística, a análise espacial é ciência e método. Há referências na literatura sobre essa ciência como ciência espacial, geomática ou geografia quantitativa. As referências ao método, ou seja, ao conjunto de técnicas de análise de dados espaciais, são encontradas sob a denominação de análise geoespacial, análise espacial, análise geoquantitativa ou análise de dados espaciais, indistintamente. As teorias matemáticas que sustentam tanto a ciência como o método de análise espacial estão no campo da estatística espacial e da econometria espacial. Anselin (1999) esclarece que a diferença entre estatística espacial e econometria espacial é a mesma da divisão clássica entre estatística e econometria, sendo que os métodos econométricos espaciais tratam da incorporação da interação espacial e da estrutura espacial nas análises de regressão.

métodos como quebra natural do histograma, quantil, desvio-padrão, *box map* (inspirado no *box plot*) e outros, todos derivados da estatística descritiva de dados agregados. (SMITH *et al*, 2007, p.100)

Além dos mapas, um tipo de análise que ficou conhecida como análise exploratória de dados espaciais (*exploratory spatial data analysis – ESDA*) pode ser de grande utilidade. A ESDA consiste na descrição e exploração simultânea de conjuntos de dados espaciais com base em métodos estatísticos, e é similar à análise exploratória tradicional de dados estatísticos (SMITH *et al*, 2007, p.181). As estatísticas tradicionais não fornecem perspectiva espacial explícita dos dados; já as ferramentas de análise exploratória disponível em *softwares* com ESDA permitem a análise simultânea e integrada de tabelas, gráficos, índices de autocorrelação espacial, mapas coropléticos e mapas de *cluster*.

Estes últimos, os índices de autocorrelação espacial e os mapas de cluster, pertencem ao rol das estatísticas espaciais, e dependem de uma definição de proximidade ou vizinhança para serem calculados. Um outro conjunto de técnicas é o dos modelos de regressão espacial ou modelos econométricos espaciais, que são similares aos modelos da análise de regressão tradicional, com a diferença de que modelam explicitamente a autocorrelação espacial (O'LOUGHLIN, 2003, p. 231). Estas técnicas brevemente descritas aqui estão disponíveis, no todo ou em parte, em sistemas comerciais e, especialmente, em bons sistemas de livre acesso como o Terraview, o Geoda, o R e vários outros bastante difundidos atualmente.

No que concerne à construção das bases de dados geoespaciais há, normalmente, que se realizar uma compatibilização entre dados geoespaciais (malhas territoriais digitais), socioeconômicos e eleitorais, devido a sua proveniência de fontes diversas. As diferenças relativas às alterações da divisão político-administrativa ao longo do tempo também requerem compatibilizações

para que se utilize séries temporais na análise. A construção da base de dados geoespacial é um desafio permanente para o pesquisador.

A experiência com a realização de cursos de análise espacial para cientistas sociais e profissionais da área de comunicação tem mostrado que este conjunto de técnicas oferece um bom suporte para pesquisas e estudos em geografia eleitoral. A discussão conceitual descrita anteriormente e conhecimentos prévios de estatística são os pré-requisitos necessários. Tenho observado que as técnicas de análise espacial e de produção dos mapas têm sido assimiladas e aplicadas com relativa facilidade, e porque não dizer, com um certo “tom” de diversão.

Reflexões

À luz do exposto sobre a evolução da geografia eleitoral, observa-se que este não é um campo acadêmico novo. Renova-se pela disponibilidade de dados e tecnologias geoespaciais, mas o arcabouço teórico-conceitual vem se construindo há um século. Nos países de língua francesa a tradição da geografia eleitoral baseada em mapas e estatísticas se consolidou sem interrupções. Nos países de língua inglesa, há pelo menos três décadas se vem enfatizando a relevância da reinserção do espaço como categoria analítica nos estudos sociopolíticos, e desenvolvendo métodos de análise espacial para tal fim.

Neste artigo o foco é a relevância de estudos desta natureza para o Brasil, em particular, e para a América Latina, em geral. Estes países passaram, sem exceção, por inúmeras transformações econômicas, políticas e sociais nas últimas décadas, com reflexos substanciais nas respectivas geografias, econômica, política e social. O espaço transformado e em transformação é, neste contexto, uma categoria analítica relevante, e a análise espacial é um dos métodos que pode revelar padrões e mudanças.

Ainda que tenhamos sinais de um crescente interesse pela geografia eleitoral, a produção neste campo é muito pequena. Dispomos de gigantescas bases de dados para inúmeras combinações metodológicas de pesquisas qualitativas e/ou quantitativas, resultantes da informatização recente. São “icebergs” de dados praticamente inexplorados, que vemos apenas uma pequena porção aparente.

A geografia eleitoral pode revelar ao pesquisador a constituição de territórios eleitorais e conexões entre atores políticos e suas bases eleitorais; ao político pode fornecer informações relevantes para as estratégias de campanha; e para o cidadão pode se converter num instrumento de fiscalização dos representantes do “seu território”. O conhecimento gerado por estas pesquisas é multiplicador. Multiplicador de oportunidades para jovens estudantes, técnicos e pesquisadores que estão chegando ao mercado de trabalho. Não somente para o cientista social, mas para um grupo multidisciplinar de profissionais.

Há, neste estudo, uma interdisciplinaridade necessária. Se o interesse pela geografia eleitoral vem aumentando, como parece ser o caso, muito mais está por vir quando esta massa de dados submersa começar a revelar padrões sociopolíticos até então ocultos da nossa realidade. Juntem-se a nós nesta Jornada.

Referências

- AGNEW, J. Mapping politics: how context counts in electoral geography. *Political Geography*, 15(2), pp.129-146, 1996.
- AGNEW, J. Maps and models in political studies: a reply to comments. *Political Geography*, 15(2), pp.165-167, 1996.
- ANSELIN, L. Spatial Econometrics (Working Paper). Disponível em: <http://www.csiss.org/aboutus/presentations/>, 1999.
- BAYBECK, B.; HUCKFELDT, R.. Urban contexts, spatially dispersed networks, and the

- diffusion of political information. *Political Geography*, 21(2), pp.195-220, 2002.
- BURBANK, M. The psychological basis of contextual effects. *Political Geography*, 14(6-7), pp.621-635, 1995.
- CÂMARA, G. et al. Análise espacial e geoprocessamento. In: S. D. Fuks *et al.* (orgs.). *Análise espacial de dados geográficos*. São José dos Campos: INPE. Disponível em: <http://urlib.net/sid.inpe.br/sergio/2004/10.07.14.45>, 2002.
- CAMPBELL, A. et al. *The American Voter*, New York: John Wiley, 1960.
- CHO, W.K.T.; RUDOLPH, T.J. Emanating Political Participation: Untagling the Spatial Structure Behind Participation. *British Journal of Political Science*, 38(02), pp.273 - 289, 2008.
- HUCKFELDT, R.; JOHNSON, P.; SPRAGUE, J. Individuals, dyads, and networks: autoregressive patterns of political influence. In *The Social Logic of Politics: Personal Networks as Contexts for Political Behavior*. Philadelphia: Temple University Press, pp. 21-50, 2005.
- JOHNSTON, R.; PATTIE, C. *Putting Voters in Their Place: Geography and Elections in Great Britain*, USA: Oxford University Press, 2006.
- KEY, V.O. A Theory of Critical Elections. *Journal of Politics*, 17, 3-18, 1955.
- KEY, V.O. *Southern Politics in State and Nation*, New York: Alfred A. Knopf, 1949.
- LAZARSFELD, P., BERELSON, B. & GAUDET, H. *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*, New York: Columbia University Press, 1944.
- O'LOUGHLIN, J. Spatial Analysis in Political Geography. In: J. AGNEW; K. MITCHELL; G. TOAL (orgs.). *A Companion to Political Geography*. Oxford, UK: Blackwell, pp. 30-46, 2003.
- SIEGFRIED, A. *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République* Republicação. Paris, Imprimerie Nationale, 1995.
- SMITH, M.J., GOODCHILD, M.F.; LONGLEY, P.A. *Geospatial Analysis: A Comprehensive Guide to Principles, Techniques and Software Tools*, Winchelsea - UK: The Winchelsea Press, 2007.
- TERRON, S.L. *A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989 - 2006)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ. Disponível em: <http://uerj.academia.edu/SoniaTerron> e http://www.opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca_detalle.php?tema=el&&tipo=teses, 2009.
- ZUCKERMAN, A. (org). *The Social Logic of Politics*, USA: Temple University Press, 2005.

TEMPO, LUGAR E FORÇA¹

Time, Place and Force

Tiago Prata L. Storni

Fattoriaweb

✉ elprata@hotmail.com

Resumo: *Este artigo aborda estratégias gerais de inserção partidária em campanhas eleitorais, levando em consideração a dinâmica do voto no território, e tendo em perspectiva a comunicação interpessoal. Discute-se o padrão geográfico brasileiro definido por situação e oposição, e aponta-se para o risco de uma tentadora campanha marqueteira-pragmática, principalmente em contextos de melhor comunicação.*

Palavras-chaves: *estratégia; território; partidos; campanha.*

Abstract: *The article discusses general strategies for party campaigns, taking into consideration the vote dynamics in the territory, with a perspective of interpersonal communication. Brazilian space vote is discussed in terms of incumbent/challenger, pointing out the risk of a temptuous pragmatic and marketing-based campaign, mainly in contexts of developed communications.*

Key words: *strategy; territory; parties; campaign.*

As três dimensões que dão o título a esse artigo são apontados como princípios gerais da Estratégia, descritos por Clausewitz². A Estratégia fixa o ponto no espaço, o tempo propício e a intensidade da força a ser aplicada quando do desenvolvimento da batalha. Até aí, sem grandes surpresas. Clausewitz mesmo afirma que na Estratégia, tudo é muito simples, mas também destaca que nada nela é muito fácil. Nesse texto, busca-se discutir a importância de diferentes estratégias partidárias, associados ao território e ao tempo das campanhas, levando em consideração diferentes contextos

¹ Texto baseado no artigo “Peemedebização do PT: fenômeno social e espacialmente determinado?”, apresentado na I Jornada de Grupos de Pesquisa da ALACIP, Rio de Janeiro, 8 a 10 de março de 2012.

² “Da Guerra”, Cap. XVIII – “A superioridade dos Números”, Carl Von Clausewitz.

sociorregionais do país. Considera-se que a principal cola que une essas três dimensões é a qualidade da comunicação interpessoal. Como consequência, melhorias nessa qualidade em determinadas localidades urbanas, possível pelo maior acesso à educação, uso mais difundido da internet de banda larga e entrada de pobres na classe média leva a uma janela de oportunidade para que forças políticas apresentem uma estratégia diferenciada, mais voltada para a participação e para o debate baseado em argumentos generalizáveis conflitantes, em oposição ao “marketing de margarina”, mais televisivo, reprodutor e pouco conflitivo, baseado em imagens e em mensagens curtas.

A geografia política não concebe as relações de poder de forma separada da teia social e das relações humanas que se desenvolvem no território. O território é modelado pelos parâmetros dados por uma percepção coletiva. A cultura, que estabelece a originalidade de cada grupo, só pode ser mantida pelas comunicações interpessoais, que reduzem a viscosidade e opacidade naturais do espaço (CLAVALL, 1979). A autoridade atribuída à pessoa, família ou grupo, é legitimada por costumes e limitada por práticas passadas. Para compreender a manutenção ou a ameaça de um poder político, necessita-se identificar os processos sociais que se estruturam no tempo e no espaço.

A territorialidade é dinâmica, pois os elementos que a constituem são suscetíveis de variações no tempo, onde tudo reside na relação concebida como processo de troca ou de comunicação. (RAFFESTIN, 1993, p.160).

A mudança das regras do senso comum é determinada pelo movimento de energias sociais (HARVEY, 1992). As energias sociais dependem da intensidade da troca de informações e da qualidade dos processos comunicativos. Mais encontros elevam a energia social através da maior revisão de argumentos pelo contato com diferentes pontos de vista, enquanto a qualidade se associa ao grau de aprofundamento da lógica argumentativa, do maior grau de informações disponíveis e da autonomia crítica em relação aos

argumentos de outrem. Com a elevação da energia social, maior é a expectativa de reconhecimento por aqueles descontentes ou menos contemplados no status social e daí a perspectiva de elevação do confronto político.

Em países de democracia madura, padrões geográficos eleitorais geralmente são duradouros e consistentes, pois a formação partidária e a origem das identidades com partidos estiveram diretamente ligadas às clivagens sociais de religião, língua, classes e região. Com o tempo, a adesão partidária tornou-se um atalho cognitivo capaz de produzir alinhamentos próprios, pelo fato dos partidos se firmarem com regras institucionais e por serem agentes de mobilização (LIPSET , ROKKAN, 1967). Contudo, nesses países, o alinhamento automático tem perdido sua força, sendo ampliada a influência dos debates, e as demandas por forças políticas alternativas e por maior participação. Exemplos na Europa e nos EUA revelam a ligação entre comunicabilidade e a necessidade de uma representação mais efetiva, o que é potencializado pelo contexto de crise econômica.

Nas eleições nacionais do Reino Unido de 2010, os líderes dos principais partidos, Conservador e Liberal, tiveram que enfrentar o crescimento do partido democrata liberal, que contou com o destaque do líder Nick Clegg, que se sobressaiu no primeiro debate, atraindo o interesse e contribuindo para ampliar as audiências dos debates³. Ao final do pleito, não houve grandes alterações geográficas do voto, mas as mudanças marginais levaram a uma vitória não majoritária dos conservadores, forçando-os a fazer uma coalizão com os democratas liberais, o que não se via em décadas. Destaca-se o formato dos debates, em que perguntas eram lançadas e os líderes tinham liberdade de

³ Em: http://www.ipsos-mori.com/Assets/Docs/News/The_Leaders_Debates_-_Summary.pdf. São dados de uma pesquisa qualitativa de amostra não representativa, mas bastante utilizada para analisar argumentos de debates.

respondê-las e de serem questionados, dando maior ritmo e espontaneidade aos argumentos.

Na Espanha, os efeitos da crise econômica exaltaram várias minorias, abrindo uma crise de representatividade dos dois principais partidos no país, PP e PSOE. Em maio de 2011, surgiu um movimento apartidário que se difundiu através do Twitter e gerou uma mobilização ampla e rápida de insatisfeitos, de maioria jovem. Esse movimento realizou assembleias, manifestações e acampamentos pelo país, e acabou por ser reconhecido nacionalmente, com um alto índice de adesão e participação popular, além de ter algumas demandas reconhecidas⁴. Ainda dessa vez, a geografia do voto foi pouco alterada e o quadro eleitoral resultou como esperado, mas o movimento deu outra tônica à campanha, ampliando o debate e exigindo uma retórica mais profunda dos líderes partidários.

Nas atuais prévias americanas do Partido Republicano, há um intenso e contínuo processo de acompanhamento da campanha pela população, em que os pré-candidatos buscam votos de delegados estaduais para a convenção nacional do partido. Há uma significativa volatilidade entre os pré-candidatos, com uma dinâmica pautada pelos debates. Destaque foi dado pelo senador Rick Santorum, que tinha somente 2% das intenções no início de novembro de 2011, mas que chega à liderança em fevereiro de 2012, com 36% das intenções, ficando em segundo lugar à partir de março e conquistando algumas importantes primárias⁵. Santorum se distinguiu inicialmente por uma retórica religiosa e anti-gay, e se diferenciou de Michelle Bachman quando obteve os votos de evangélicos, chegando até a vencer o caucus de Iowa, tradicionalmente conservador. Nos debates seguintes, ele se mostrou muito hábil na troca de argumentos e ampliou a simpatia entre os mais conservadores

⁴ Em: http://politica.elpais.com/politica/2011/06/26/actualidad/1309109837_951838.html

⁵ Em: <http://www.gallup.com/poll/election.aspx>. “GALLUP DAILY: GOP Ballot Tracking”.

e simpatizantes do Tea Party. Contudo, o pré-candidato se manteve distante dos eleitores em estados mais moderados, acabando por ser visto com candidato com menos expectativas de vitória sobre o candidato democrata. A geografia americana do voto provavelmente pouco se alterará, com os estados litorâneos mais democratas e continentais mais republicanos, mas o discurso já está sendo alterado, exigindo argumentos mais generalizáveis e com menos oportunidade de obter vantagens sobre posições preconceituosas, que são tentadoras no curto-prazo, mas perigosas para uma campanha tão extensa.

No Brasil, o processo democrático e a industrialização se deram tardiamente. Organizações partidárias não foram originadas de clivagens sociais, mas criadas de cima pra baixo num contexto de acentuadas desigualdades sociais e regionais. As transformações políticas se antecipavam em relação às identidades trabalhistas, religiosas ou de classe. Soares (1967) encontrou que em regiões menos urbanizadas, havia uma correlação negativa entre educação e traços autoritários, concluindo que a falta de continuidade geográfica refletia uma comunicação ineficiente e uma cultura fortemente tradicionalista, com forte ênfase em dimensões particularistas, designativas e religiosas. Apesar das condições sociais dos menos favorecidos representarem necessidades objetivas de mudança e inclinação oposicionista, os traços intelectuais e psicológicos que se associavam à posição periférica de setores dos estratos baixos tenderam, com frequência, a resultar em maior favorecimento do governismo, representado à época pela ARENA (REIS *et al*, 1978).

Há um padrão geográfico-eleitoral que se encontra no país, menos pautado por áreas de influência partidária, e mais por uma lógica situação/oposição. No âmbito do executivo nacional dos anos de 1989, 1994 e 1998, César Jacob *et al* (2000) encontraram padrões geográficos que se mostraram persistentes, regulares e territorialmente evidentes. Collor (1989) e

FHC (1994 e 1998) se mostraram dispersas ao longo do território, com ênfase para as regiões interioranas, marcados pelo apoio de forças conservadoras. No referente às votações de Lula, o bom desempenho do candidato é concentrado persistentemente nas capitais. Os terceiros lugares, Brizola, Enéias e Ciro Gomes, apresentaram altas votações solidamente localizadas e concentradas em áreas urbanas geograficamente distintas. Rojas de Carvalho analisou o legislativo federal de 94 e 98, e encontrou que as votações com concentração espacial em aglomerações urbanas não se associava a particularismos ou localismos tradicionalistas, mas tendo, ao contrário, um caráter mais ideológico, sendo a forma concentrada a resposta eleitoral apresentado pelos resultados da esquerda opositora, sobretudo na região nordeste, enquanto a fragmentação de votos estaria mais ligada à pouca competitividade entre candidatos em estados de mais baixo desenvolvimento. Em estudos sobre o crescimento do PT, resultados análogos foram encontrados nas executivas municipais de 1996, 2000 e 2004 (AVELAR, WALTER, 2008) e no formato das coligações do PT em municipais de 2000 e 2004, tendo coligações com partidos de centro e direita em municípios pequenos e menos urbanizados, e com coligações mais ideológicas nos grandes centros (MIGUEL, MACHADO, 2007).

O padrão petista começou a ser invertido depois da sua mudança tática em 2002 e da sua estabilização na posição de governista. Com o ganho de visibilidade adquirido a partir de sucessivas disputas eleitorais presidenciais, mais fontes de financiamento e uma tática intensiva em propaganda e de tom ideológico mais flexível e personalista, as características do eleitorado de Lula se alteraram significativamente (SINGER, 2009; SAMUELS, 2004). Se em 1989 sua votação era mais elevada entre as classes sociais mais altas (SINGER, 2000), nos segundos turnos de 2002 e 2006, a escolha em Lula vai alterando de configuração, já não diferenciando a escolaridade em 2002 e mais concentrada

entre os de menor escolaridade em 2006⁶. Estaria em marcha o chamado processo de “peemedebização” do PT, descrito pela fragmentação ideológica do partido e uma dependência em relação à imagem carismática de Lula. A tônica da concentração do voto em localidades mais urbanizadas seria dado pelos opositores ao PT, enquanto este teria maior dispersão geográfica.

Storni (2010) descreve o mecanismo da “peemedebização” a partir de determinantes sociorregionais. O crescimento de um partido inovador dependeria de uma estratégia programática, mas que à medida que este ganhasse mais visibilidade nacional, este poderia ser tentado e aplacar uma estratégia mais pragmática e menos conflitiva, principalmente num contexto de descontinuidade territoriais, em que há mais obstáculos à difusão de ideias e comportamentos inovadores. Por vezes a vitória de Lula é atribuída à imagem mais publicitária e marqueteira de político positivo e conciliador. Contudo, o sucesso dessa imagem só foi possível pelo histórico opositorista e contestador, quando do crescimento do partido de forma voltada para as suas bases. A virada pragmática e o marketing publicitário deram o impulso à vitória, mas não podem ser classificados como a solução para a inserção eleitoral competitiva. Essa virada pragmática é um risco que deve ser calculado estrategicamente, pois pode envolver a perda de simpatizantes de base, de identidade programática e de capacidade de mobilização. Se realizada antes do tempo, o capital político-ideológico perdido não seria compensado pelo capital de governabilidade, dado pela maior visibilidade, uso da máquina, poder de aliança, etc.

O marqueteiro possui uma visão míope do processo, impedindo-o de pensar estrategicamente a inserção de um partido no médio-prazo. Esse personagem possui um currículo que depende estritamente de suas vitórias

⁶ Storni (2010), tabelas 12 e 13, pg. 115.

eleitorais. Contudo, o processo político é bem mais presente na vida das pessoas e possui recall constante, exigindo uma sustentação programática densa e intertemporal. O sucesso do marqueteiro está muito ligado ao domínio que este tinha do apelo publicitário pela televisão, ferramenta que era distante dos políticos profissionais, mais familiarizados com a troca de argumentos com os membros do partido e militantes, e com discursos voltados para os diversos grupos com que tinham contato. Grande vantagem tinham os profissionais publicitários em apelar para um público mais difuso e com pouquíssimos meios de participação política, sendo mais vulneráveis a imagens e a mensagens curtas. Dado a importância desse método, alguns se destacaram em vitórias e têm até realizado campanhas fora do país. Contudo, o excesso de poder de decisão desse ator, forçosamente míope, aumenta riscos estruturais à sobrevivência dos partidos.

Mas se a virada pragmática já tem um alto risco, esta opção pode ser mais arriscada ou mesmo errônea num quadro de melhoria de indicadores sociais que fortaleçam a comunicabilidade social, como no caso brasileiro de algumas regiões. A entrada em massa de cidadãos na classe C e o aumento exponencial da internet, se combinados com a universalização do ensino básico e fundamental de qualidade, levam a menor dependência dos “favores” do Estado e elevação da capacidade crítica, aprofundando as trocas de ideias e as expectativas de reconhecimento pela participação efetiva. Tais características diminuem o poder da televisão de pautar os temas e os posicionamentos políticos. A melhoria da comunicação interpessoal amplia o efeito dos discursos e da participação, exigindo que debates mais livres, espontâneos, argumentativos, ousados e dialéticos.

Nas eleições de 2010, uma vez mais podemos encontrar a geografia do voto de situação/oposição. Destaque pode ser dado à Marina Silva (PV), que

conseguiu crescer no final do primeiro turno, apesar do pouco tempo de propaganda a que tinha direito, mas com suporte de seu sucesso em debates e em redes sociais. Os outros dois candidatos tiveram grande influência dos seus consultores de marketing. Dilma, herdeira do capital político de Lula, conquistou a mesmas regiões em que Lula se sobressaiu em 2006. Devido à herança, Dilma se saiu muito melhor no quesito da continuidade econômica e, via de regra, não se “arriscava” se expondo além da conta ou respondendo de forma espontânea às perguntas “difíceis” da imprensa. Serra, não se diferenciou no tema da economia para não “arriscar” representar uma ameaça às políticas sociais e ao crescimento econômico dos anos anteriores. Ele buscou se diferenciar na política da saúde, em que já tinha um recall de outras campanhas, e tentou explorar a esfera dos valores, pois a principal candidata era desconhecida, e o sentimento de medo poderia ser melhor explorado, o que já ocorria até naturalmente em algumas redes sociais religiosas. As estratégias dos marqueteiros são claras: na situação, procura-se construir a imagem do Céu de Brigadeiro e a necessidade de continuação; na oposição, busca-se um fator exógeno desestabilizador, a bala de prata que possa ameaçar a confiança no céu de brigadeiro sem dar chances de argumentação, o que pode ser dado por escândalos ou por temas religiosos e de fé, que não se discutem.

A sociedade da comunicação está se expandindo. Ainda que opiniões autoritárias e conservadoras estejam em evidência, como reacionismo a mudanças, o politicamente correto, ou juridicamente correto, voltado para a igualdade de reconhecimento, tem tendência a crescer sobre o darwinismo social ou socialização pelo método *bullying*. Essa configuração repercute no processo democrático, ampliando as oportunidades de participação e de discussão argumentativa. As manchetes sobre atos de extrema direita têm crescido, mas seu crescimento diminui devido à falibilidade dos seus

argumentos. Partidos de extrema direita possuem maior tendência a moderar o discurso, seja da xenofobia ou do excessivo liberalismo econômico. Aqueles partidos que procuraram tirar vantagem de pesquisas de opinião reproduzindo essas opiniões, muitas vezes reacionárias, são iludidos e podem adotar uma estratégia perigosa, que não se sustente ao debate. Aqueles que procuram tirar vantagens de pesquisas de opinião para buscar formas de conduzir mudanças por argumentos generalizáveis em lugares e momentos propícios podem entender melhor a dinâmica territorial e garantir um sucesso de médio e longo prazo. Os partidos de esquerda, que já haviam flexibilizado a noção de controle dos meios de produção, mas que andam flertando com a ideia de controlar os principais meios de comunicação também estão sendo iludidos e assumem um risco perigoso ao subestimar a capacidade crítica da população.

Referências

- AVELAR, Lúcia e WALTER, Maria I. T. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, v.14, n. 1, p. 96-122, 2008.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- JACOB, César R. et. al. *As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral*. Alceu, v.1, n.1, p. 102-151, 2000.
- LIPSET, Seymour M., ROKKAN, Stein. Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments: cross-national perspectives. In: LIPSET S.M. & ROKKAN S. (orgs.). *Party Systems and Voter Alignments: cross-national perspectives*. New-York: Free Press, p. 1-64, 1967.
- MIGUEL, Luis Felipe e MACHADO, Carlos. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). *Dados*, v. 50, n. 4, p. 757-793, 2007.
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, Fábio W. et. al. *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro*. São Paulo: Ed. Helvética, 1978.
- SAMUELS, David. *From Socialism to Social Democracy: Party Organization and the Transformation of the Workers' Party in Brazil*. *Comparative Political Studies*, v. 37, p. 999-1024, 2004.
- SINGER, André. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- SINGER, André. *Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*. *Novos Estudos*, v. 85, p. 83-102, 2009.
- STORNI, Tiago P. *Comportamento Eleitoral e Estratégia Partidária: uma análise espaço-temporal das eleições de SP e MG a partir dos conceitos de Inovação e Representação Sociais*. Dissertação de mestrado apresentada em fevereiro de 2010.

ANÁLISE DO EFEITO COATTAIL DO PT UTILIZANDO MODELOS ECONOMÉTRICOS ESPACIAIS

Analysis of the effect coattail of PT using spatial econometric models

Natalia Maciel

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ)

✉ nmaciел@iesp.uerj.br

Resumo: O presente estudo tem como objetivo verificar se existe um efeito coattail para a votação de deputados federais do PT. Para isso, modelos econométricos espaciais são elaborados a fim de analisar a influência da imagem do candidato à presidência, da presença anterior de governadores deste partido, da votação dos candidatos a governador no pleito em análise e indicadores sociais, na votação para deputados federais. Os resultados encontrados indicam que a votação para presidente é fator importante para votação de deputados federais enquanto o partido esteve na oposição; uma vez no governo, a presença do governador do PT passa a ter um papel mais relevante.

Palavras-chaves: deputados federais; Partido dos Trabalhadores; efeito coattail.

Abstract: The present study aims to determine whether there is a coattail effect for the vote of deputies from the PT. For this reason, spatial econometric models are developed to analyze the influence of the image of presidential candidate, the presence of former governors, the vote for governor candidates and social variables, in the vote for federal deputies. The results indicate that the vote for president is important for the vote for deputies while the party was in opposition; once in government, the governor of the PT has a more important role.

Key words: federal deputies; Partido dos Trabalhadores; coattail effect.

Introdução

A expansão eleitoral crescente do Partido dos Trabalhadores (PT) mostra-se contínua desde a década de 1990 e vem se consolidando, principalmente após a conquista da Presidência da República por Luís Inácio

Lula da Silva em 2002. A moderação do discurso, as mudanças da estrutura interna do partido, a instalação de novos diretórios por todo o Brasil, as concessões e alianças políticas que o PT realizou para as eleições presidenciais, podem ser destacadas como estratégias do partido para a expansão de sua base eleitoral (TERRON, SOARES, 2010).

Além destas estratégias particulares do PT, não deve ser ignorado o fato de que a imagem de um partido uma vez no governo por si só é responsável por uma maior visibilidade e proximidade da sigla ao eleitorado, o que lhe traz retornos eleitorais. Assim ocorreu com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que ao longo do período em que esteve no governo federal beneficiou-se com o aumento da bancada na Câmara dos Deputados (subindo de 38 cadeiras em 1990 para 63 em 1994, aumentando para 99 em 1998), da votação para governadores de estado e para prefeituras¹.

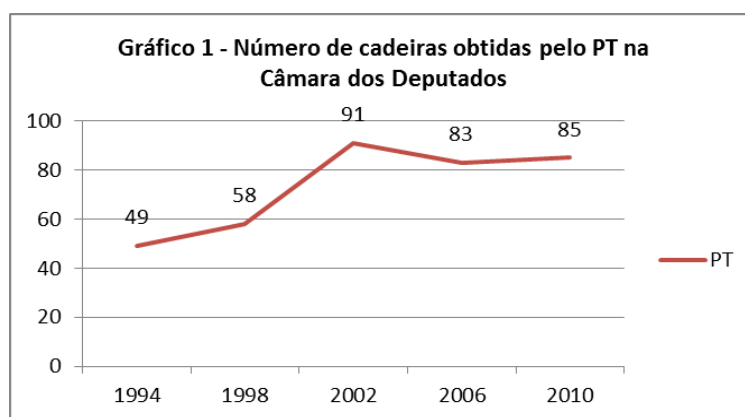
No caso do PT, particularmente quanto ao pleito presidencial de 2006, a literatura trata a importância do programa de distribuição de renda Bolsa Família para a reeleição de Lula e para interiorização de suas bases eleitorais (NICOLAU, PEIXOTO, 2007; SOARES, TERRON, 2008; ZUCCO, 2008; TERRON 2009). Contudo, Zucco (2008) argumenta que não apenas o programa Bolsa Família possibilitou a expansão das bases eleitorais de Lula para as áreas menos desenvolvidas do norte e nordeste do Brasil, afastando-o do sul mais desenvolvido, mas também a existência de um eleitorado pró-governo característico das áreas menos desenvolvidas do país.

O autor argumenta que existe um padrão no eleitorado brasileiro em que a oposição ao partido do governo localiza-se nas capitais e nas regiões mais desenvolvidas, enquanto o eleitorado pró-governo estaria nos grotões (ZUCCO, 2008). Segundo Zucco (2008) este padrão cíclico foi observado no

¹ Estes dados foram retirados do Banco de Dados de Jairo Nicolau. Detalhes sobre dados eleitorais ver Banco de Dados de Jairo Nicolau. Acessível em: <http://jaironicolau.iesp.uerj.br>. Acesso em 17 de abril de 2012.

país nas últimas duas décadas; o PMDB começou a crescer nas grandes cidades e, quando se tornou o partido do governo na década de 1980, se expandiu para as regiões menos desenvolvidas. Na década de 1990 este padrão é observado para o PSDB. Desta forma, para Zucco, “seguindo a lógica, faz sentido que Lula faça incursões nos grotões, enquanto a oposição a ele deva ser mais forte entre as classes médias” (ZUCCO, 2008).

No entanto, este trabalho pretende investigar o aumento da bancada do PT na Câmara dos Deputados. Muito já se discutiu com relação aos determinantes do voto de Lula, porém ainda existe uma lacuna com relação ao sucesso eleitoral dos candidatos à deputado federal. O gráfico 1 abaixo mostra a evolução no número de cadeiras do PT na Câmara dos Deputados nas últimas cinco eleições. O ápice coincide com a primeira eleição de Lula, o que indica um efeito *coattail* da votação do presidente sobre a votação de deputados federais, ou seja, supõe-se que o eleitor que tinha como preferência o candidato a presidente do PT tendia a votar em um candidato a deputado federal da mesma sigla. O gráfico 1 também revela que, apesar da queda de cadeiras na Câmara em 2006 e a ligeira recuperação em 2010, o PT manteve sua bancada em patamares melhores do que os da década de 1990.



Fonte: TSE e Banco de Dados de Jairo Nicolau

Pretende-se responder as seguintes questões: 1) É o candidato à presidente que “puxa” a votação dos deputados federais? 2) A presença de um governador do estado do PT em mandato imediatamente anterior ao pleito tem alguma influência na votação para o cargo em análise? 3) Pode-se falar em um efeito *coattail* direto (o candidato à presidência “puxa” a votação para deputado federal) e um indireto (o candidato à presidência “puxa” a votação candidato à governador que, por sua vez, “puxa” a votação dos deputados federais)? 4) As políticas de transferência de renda trazem ganhos eleitorais também para os deputados? 5) O padrão do eleitorado descrito por Zucco (2008) também pode ser observado para o cargo de deputado federal?

Para responder a estas perguntas recorre-se à metodologia de análise espacial, mais especificamente às regressões espaciais. Elaboram-se modelos econométricos espaciais a fim de se compreender a lógica da votação para o cargo de deputado federal do PT. A escolha desse tipo de modelo alinha-se com o argumento de Agnew (*apud* TERRON, 2009) para o qual haveria várias “geografias” do voto, que são construídas de baixo para cima. O voto é o resultado dos processos locais e é influenciado pelo ambiente, pela vizinhança, e não são determinados unicamente por padrões nacionais ou regionais. A perspectiva do contexto-como-lugar de Agnew dá destaque ao ambiente geográfico dos eleitores e candidatos “ao invés de atribuir causas universais ao comportamento político” (TERRON, 2009).

Neste sentido, os modelos econométricos espaciais aqui analisados dão peso à vizinhança dos municípios, que são as unidades territoriais desta análise². Nas regressões espaciais adiciona-se uma matriz para capturar o

² A malha territorial em que é elaborada a matriz de vizinhança é do ano de 2007 e conta com 5564 municípios. Para os municípios criados após este ano foi feita uma adaptação em que os dados do município de origem são repetidos para o novo município. No caso de municípios com mais de um município de origem, foram repetidos os dados do primeiro município de origem uma vez que a variação dos dados para cada um dos municípios (o criado e os de origem) é muito pequena. O método de sistematização dos dados é o mesmo feito por Terron (2009). No entanto, para municípios criados a partir de mais de um município de origem, Terron atribui à nova unidade criada a média dos dados dos municípios de origem.

efeito da vizinhança sobre a análise³. Espera-se dar peso, desta forma, às variações geográficas nas decisões de voto para deputado federal do PT, o que já foi anteriormente feito para as eleições presidenciais⁴.

Análise dos modelos de regressão espacial

O primeiro modelo econométrico analisado abarca múltiplas variáveis, sendo a variável dependente a votação para deputado federal. Busca-se compreender a importância da votação dos cargos de presidente e governador (como variável independente)⁵ sobre o cargo em investigação, ou seja, busca-se compreender em que medida a votação para um desses cargos influencia (positivamente ou negativamente) o pleito que está sendo analisado e se é possível verificar um efeito *coattail* de um cargo sobre outro.

Também foram incluídos como variáveis independentes fatores sociais como taxa de urbanização, porcentagem de população pobre, montante de transferência governamental recebido, montante de renda proveniente do trabalho e o índice de desenvolvimento humano por município. Ao se incluir variáveis sociais busca-se delinear as características do eleitorado do partido para o cargo de deputado federal. Desta forma, será possível verificar se o eleitorado dos deputados do PT tem um perfil semelhante ao do presidente. Sabe-se que houve um distanciamento entre as bases de Lula e do PT a partir de 2006 (TERRON, SOARES, 2010), porém, vale investigar se estas bases

³ Tendo em vista a limitação do espaço, não será possível detalhar como é elaborada a matriz de vizinhança, como é feita a escolha do método de regressão espacial utilizado e como deve ser feita a escolha entre o método de regressão clássica e o método de regressão espacial. Para detalhes sobre o tema ver Terron (2009), apêndice A2.

⁴ Para mais detalhes sobre o uso de modelos econométricos espaciais para as votações de Lula ver Soares e Terron (2008) e Terron (2009).

⁵ Os dados da porcentagem de votação para presidente de 1994 à 2006 foram gentilmente cedidos por Sonia Terron. Os dados da votação de governador de 1994 à 2010 foram cedidos pelos Cebrap. As votações para presidente em 2010 e as votações para deputado federal foram coletados no site do Ipeadata (<http://www.ipeadata.gov.br>). Os dados sobre os governadores eleitos foram coletados do site de Jairo Nicolau (<http://jaironicolau.iesp.uerj.br>). Os indicadores sociais são do Atlas DH 1991 e 2000 e também foram cedidos por Sonia Terron.

realmente coincidiam quando o partido se encontrava na oposição e se este distanciamento se mantém com a eleição de Dilma.

Além disso, busca-se verificar se a hipótese de Zucco (2008), de que as áreas menos desenvolvidas tendem a votar no partido do governo, é observável não só para os pleitos presidenciais, mas também para o cargo de deputado federal e governador.

A tabela 1 mostra os coeficientes de regressão espacial para o primeiro modelo, o qual tem como variável dependente a votação para deputado federal do PT.

Tabela 1 – Análise da votação para deputado federal do PT⁶

	1994 (lag)	1998 (error)	2002 (lag)	2006 (lag)	2010 (error)
R ²	0,52	0,50	0,56	0,24	0,21
PPT	0,27 (***)	0,24 (***)	0,24 (***)	0,09 (***)	0,10 (***)
TXURB	- 0,0003(****)	0,02 (***)	-0,04 (****)	-0,04 (***)	-0,02 (***)
POBRE	0,004 (****)	0,028 (***)	-0,001 (****)	-0,06 (***)	-0,04 (***)
RTRAB	-0,02 (***)	-0,02 (****)	-0,04 (***)	-0,04 (****)	0,01(****)
RGOV	-0,11(***)	-0,14 (***)	-0,13(***)	-0,16 (***)	-0,06 (*)
IDHM	5,1 (***)	-1,05 (****)	9,4 (***)	14,9 (***)	6,37 (***)
GPT	0,2 (***)	0,24 (***)	0,32 (***)	0,25 (***)	0,18 (***)
DUPT	—†	1,84***	2,9***	-0,96*	4,38***

† não foram coletados os dados de presença de governador para este ano

**** não significativo

*** p< 0,01

** p< 0,05

* p<0,1

Onde:

- PPT = porcentagem da votação para candidato à presidência do PT por município.

⁶ Os modelos analisados neste trabalho não tiveram melhora considerável ao se retirarem as variáveis não significativas. Portanto, optou-se por explorar na análise os primeiros modelos rodados com todas as variáveis.

- TXURB = taxa de urbanização por município (dados do Atlas DH 1991 para os anos de 1994 e 1998, e do Atlas DH 2000 para os demais anos)
- POBRE = porcentagem de população pobre por município (dados do Atlas DH 1991 para os anos de 1994 e 1998, e do Atlas DH 2000 para os demais anos)
- RTRAB = porcentagem de renda proveniente do trabalho por município (dados do Atlas DH 1991 para os anos de 1994 e 1998, e do Atlas DH 2000 para os demais anos)
- RGOV = porcentagem de renda proveniente de transferências governamentais por município (dados do Atlas DH 1991 para os anos de 1994 e 1998, e do Atlas DH 2000 para os demais anos)
- IDHM = índice de desenvolvimento humano por município (dados do Atlas DH 1991 para os anos de 1994 e 1998, e do Atlas DH 2000 para os demais anos)
- GPT = porcentagem da votação para candidato à governador do PT por município
- DUPT = *dummy* de presença anterior de governador do PT; 1 = presença de governador do PT no mandato imediatamente anterior ao pleito; 0 = ausência de governador do PT.

A leitura dos resultados dos modelos de regressão espacial é feita exatamente da mesma forma que os de regressão clássica. O coeficiente de determinação R^2 mede a relação da variável dependente com todos os outros regressores, fornece informação sobre a qualidade do ajustamento e é interpretado como a proporção da variação dos dados que é explicada pelo modelo. A tabela também informa os coeficientes de cada variável

independente que, assim como na regressão clássica, devem ser interpretados mantendo todas as demais variáveis fixas, ou seja, constantes (*ceteris paribus*). Os asteriscos indicam o nível de significância alcançado em termos da probabilidade p e são relacionados abaixo da tabela.

As indicações entre parênteses ao lado dos anos indicam o tipo modelo de regressão espacial utilizada após os testes para o diagnóstico de dependência espacial⁷, sendo eles os modelos de deslocamento (*lag*) e de erro (*error*). O modelo de deslocamento “sugere que a dependência espacial decorre de algum nível de interação social capaz de gerar, por um processo de difusão, comportamento semelhante em municípios próximos ou vizinhos”. Já o modelo de erro indica que a dependência espacial pode “ser decorrente de fatores estruturais dos municípios em conjunto ou isolados” (TERRON, 2009).

Observa-se que o modelo explica mais de 50% do ajustamento dos dados para os três primeiros pleitos analisados, chegando a 56% no ano de 2002, coincidindo com o ano em que o candidato à presidência do partido, Lula, é eleito. Após este ano as proporções diminuem, provavelmente por conta do episódio de corrupção do mensalão que minou a imagem da bancada do PT; além da já comprovada independência espaço-temporal das votações de Lula e dos candidatos a deputado federal deste partido a partir do ano de 2006, o que resultou no distanciamento entre as bases eleitorais de Lula e do PT a partir deste ano (TERRON, SOARES, 2010).

Os coeficientes das votações para presidente e governador não variam fortemente de 1994 a 2002; contudo, como será possível observar nos próximos modelos, para este mesmo período existe uma relação mais forte entre a votação de deputados federais e de presidente do que entre a votação de deputados federais e governador. Esta tendência será alterada a partir de 2006,

⁷ Idem de nota 3

quando ocorre o distanciamento entre a imagem de Lula e do PT (TERRON, SOARES, 2010).

Nos anos de 1994 a 2002, para cada 1% de aumento na votação para presidente do PT, mantidas as demais variáveis constantes, é possível observar um aumento de, em média, 0,25% na votação para deputado federal deste partido. Esta mesma porcentagem média para a votação de deputado é observada para a votação de governador do PT, *ceteris paribus*.

Para melhor captar as relações entre a votação para deputado federal e presidente e entre deputado federal e governador do PT foram feitos dois modelos de regressão espacial simples no qual a votação deste primeiro cargo é a variável dependente. As duas tabelas a seguir mostram os resultados obtidos.

Tabela 2 – Regressões espaciais simples com votação para deputado federal do PT como variável dependente e presidente como independente

	1994(lag)	1998(lag)	2002(lag)	2006(error)	2010(error)
R ²	0,44	0,41	0,37	0,003	0,007
PPT	0,35 (***)	0,35(***)	0,45(***)	0,01(***)	0,06(***)

*** p< 0,01

Tabela 3 – Regressões espaciais simples com votação para deputado federal do PT como variável dependente e governador como independente

	1994(lag)	1998(lag)	2002(lag)	2006(lag)	2010(error)
R ²	0,33	0,38	0,48	0,20	0,18
GPT	0,36(***)	0,39(***)	0,45(***)	0,24(***)	0,22(***)

*** p< 0,01

Comparando as duas tabelas é possível verificar que o ajustamento dos modelos da tabela 2, em que a votação para presidente é a variável independente, entre o período de 1994 a 2002 é relativamente maior que nos modelos da tabela 3, que tem a votação para governador do PT como

regressor. Demonstra-se, assim, uma relação maior entre a votação de deputado federal e de presidente.

No entanto, deve-se destacar que os coeficientes das *dummies* do modelo 1 (tabela 1) que pesam a presença de governador do PT em mandato imediatamente anterior ao pleito são crescentes, apesar do coeficiente de 2006 apresentar significância estatística um pouco menor. Em 1998 o coeficiente era de 1,84; aumentando gradativamente até chegar a 4,38 em 2010. Desta forma, apesar do peso da votação para presidente, a presença do governador do PT não deve ser ignorada para o sucesso eleitoral dos candidatos a deputados federais do partido.

Ao focar nos anos de 2006 e 2010, no entanto, observa-se uma queda no ajustamento do modelo, com coeficientes de 0,24 e 0,21 no modelo 1 (tabela 1) para cada ano respectivamente. Esta queda é também observada nos coeficientes de votação para presidente do PT neste mesmo modelo. Ao se observar os modelos de regressão simples da tabela 2 verifica-se um ajustamento praticamente nulo para os anos de 2006 e 2010. Como anteriormente explicado, a queda destes coeficientes está relacionada ao distanciamento das bases de Lula e dos deputados federais do PT, como observaram Terron e Soares (2010).

Após a análise geoespacial dos territórios eleitorais e as regressões espaciais das votações para presidente e deputado federal do PT, que inclui na análise a importância do programa Bolsa Família para essas votações, Terron e Soares (2010) observam que este programa foi responsável pela abrupta guinada da base eleitoral de Lula para o norte e nordeste. Este programa, segundo os autores, criou um vínculo maior entre eleitor e presidente sem a intermediação de outros atores políticos.

A inclusão da variável independente Bolsa Família nos modelos de regressão melhorou o desempenho do modelo de Lula; contudo, não melhorou a performance do modelo dos deputados federais do PT. Terron e Soares (2010) observam também que a relação entre as votações de Lula e do PT (deputados federais) mantém-se baixa em 2006. Os autores destacam que os escândalos de corrupção afetaram mais o partido do que a Lula, “que criou uma camada de teflon para a sua própria proteção, e aí está, possivelmente, uma parte que faltava na equação que explica o abrupto divórcio entre as bases eleitorais e a criação do *lulismo*, em 2006” (TERRON, SOARES, 2010). O modelo elaborado neste trabalho confirma estes achados e mostra que a interação entre a votação de Dilma e dos deputados federais do PT permanece baixa em 2010.

Interessante observar na tabela 3 que também existe uma queda no ajustamento do modelo que verifica a interação entre votação de deputados federais e governadores nos anos de 2006 e 2010. Esta queda, apesar de significativa, não é tão abrupta como a observada na tabela 2. Supõe-se que outros cargos, além dos de deputado federal, possam ter sido atingidos pelo escândalo do mensalão, o que poderia reforçar a hipótese de que o PT foi afetado, porém não Lula.

A partir das regressões simples conclui-se que, a partir de 2006, a relação entre a votação de deputados federais e governadores passa a ser maior que entre a votação deste primeiro cargo e a de presidente, alterando o quadro observado entre 1994 e 2002. Provavelmente os candidatos a governador do PT passaram a se beneficiar eleitoralmente das transferências do governo para o seu estado a partir de 2006. Mais fortalecidos que os deputados federais, e levando em conta o afastamento das bases eleitorais do presidente e dos deputados, os governadores podem ter começado a se tornar os mediadores

entre as localidades e os deputados federais, substituindo o presidente no papel de “puxador” de votos dos deputados a partir de 2006. Esta hipótese deverá ser testada em próximos estudos⁸.

As relações entre a votação para deputado federal do PT e os indicadores sociais mostram uma tendência distinta da que Zucco (2008) observa para a votação de presidente. No período em que o PT era oposição, nos anos de 1994 e 1998, a taxa de urbanização não se mostrou uma variável relevante para a análise. Em 1994 o coeficiente não alcança significância estatística e em 1998 o aumento em 1% da taxa de urbanização representa um aumento de apenas 0,2% na votação para deputado federal do partido, mantidas as demais variáveis constantes. Os coeficientes se tornam negativos a partir de 2006, o que indica a tendência a um eleitorado menos urbanizado nestas eleições. Contudo, os coeficientes são baixos e caem de 2006 para 2010.

Quanto à porcentagem de população pobre, esta variável nada revela até 2002, uma vez que o único coeficiente estatisticamente significativo, o do ano de 1998, é praticamente nulo. Nos anos de 2006 e 2010 os coeficientes são negativos, porém baixos. Isto quer dizer que quanto maior a porcentagem de população pobre, menor a probabilidade de se votar em um candidato a deputado federal do PT.

O índice de desenvolvimento humano por município confirma de forma mais clara a tendência observada quanto a porcentagem de população pobre. Com exceção de 1998, ano no qual o coeficiente desta variável não apresenta significância estatística, o IDHM mantém-se alto e positivo. Isto quer dizer que

⁸ Por conta da limitação de espaço não foi possível tratar do segundo modelo elaborado em que a variável dependente é a votação para governador. Os resultados preliminares indicam que as transferências do governo beneficiam em grande medida os candidatos a governadores do PT, ao mesmo tempo em que existe uma forte relação entre os candidatos a deputados federais deste partido e os candidatos a governadores.

o eleitorado dos deputados federais do PT encontra-se em grande medida em municípios com maior desenvolvimento humano.

Quanto às transferências do governo, os coeficientes se mantêm negativos ao longo das cinco eleições, quer dizer, o eleitorado dos deputados federais do PT não são dependentes das transferências do governo, o que reforça a ideia da continuidade do perfil do eleitorado dos deputados, mantendo-se igual ao período em que o partido esteve na oposição. Ao mesmo tempo, nada se pode afirmar com relação à variável renda proveniente do trabalho, uma vez que das cinco eleições, três não apresentam coeficiente com significância estatística.

Desse modo, conclui-se que o perfil do eleitorado dos deputados federais do PT se manteve constante: quando na oposição, entre 1994 até as eleições de 2002, era evidente que a presença do candidato à presidência do PT “puxava” os votos dos deputados federais e o perfil dos seus eleitores coincidiam. Contudo, quando no governo, a relação da votação de presidentes e deputados diminui e o perfil do eleitorado dos deputados federais se mantém o mesmo de quando o partido estava na oposição.

Conclusões

Apesar do afastamento das bases eleitorais de Lula e do PT, não se observa uma queda do número de deputados eleitos, e as bancadas deste partido em 2006 e 2010 se mantêm maiores do que nas décadas de 1980 e 1990. O estudo revelou que, ao contrário do que ocorre com o presidente, o perfil do eleitorado dos deputados federais se mantém o mesmo, centrado em municípios com alto índice de desenvolvimento humano e não dependentes de transferências do governo. Desta forma, a hipótese de Zucco (2008) não pode ser aplicada a este caso. Acredita-se que a manutenção do perfil do eleitorado

dos deputados pode estar relacionada à manutenção do ativismo político e à ligação com organizações comunitárias nos moldes das décadas passadas.

A contribuição do trabalho foi demonstrar como se dá a lógica da nacionalização do PT, por meio da análise do aumento de sua bancada na Câmara dos Deputados. Chegou-se a conclusão de que entre os anos de 1994 e 2002 a figura do candidato à Presidência da República foi a responsável por “puxar” a votação dos deputados, apesar de que a presença anterior de governadores do PT nos estados também seja um fator importante. No entanto, a partir de 2006, com o distanciamento das bases eleitorais do presidente e dos deputados, o papel dos governadores de estado na votação dos deputados começa a ganhar importância.

Este estudo ainda deve ser complementado com análises mais específicas com relação ao papel do governador neste processo. Também se faz necessário um estudo comparativo com outros partidos a fim de se verificar se esta lógica de nacionalização é a regra ou se é observável apenas para o PT. Estes devem ser objetos das próximas pesquisas.

Referências

- NICOLAU, J. & PEIXOTO, V. Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. Anais do XXI Encontro Anual da *Anpocs*, Caxambu. 2007.
- SOARES, G. & TERRON, S. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise espacial). *Opinião Pública*, Campinas, vol.14, nº2, 2008.
- TERRON, S. *A composição de territórios eleitorais no Brasil: uma análise das votações de Lula* (1989 – 2006). Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Orientador: Jairo Nicolau, 2009.
- TERRON, S. & SOARES, G. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, Campinas, vol.16, nº2, 2008.
- ZUCCO, C. The President's 'New' Constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, vol 40, 2008.

A REGIONALIZAÇÃO DOS VOTOS PARTIDÁRIOS PARA CÂMARA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO NAS ELEIÇÕES DE 2010

The regionalization of party votes for federal chamber in Rio de Janeiro in elections of 2010

Andreza Davidian

Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap)

✉ davidian.andreza@gmail.com

Glauco Silva

Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap)

✉ glauco.p.silva@gmail.com

Lara Mesquita

Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap)

✉ laramesquita@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a necessidade de se avaliar o resultado eleitoral nas disputas proporcionais federais como fruto de estratégias adotadas pelos partidos sob a perspectiva espacial. Será tomada a eleição de 2010 no Rio de Janeiro para análise, buscando-se identificar se a votação dos partidos se distribui ou não de maneira homogênea ao longo do território e quais as áreas de relativa concentração destes votos. Mostrou-se que, sobretudo para os maiores partidos, estes votos estão dispersos.

Palavras-chaves: Estratégia partidária; eleições proporcionais; regionalização de votos.

Abstract: The objective of this article is to discuss the need to evaluate the election result in proportional federal disputes as a result of the strategies adopted by parties from the perspective of space. It will take the election of 2010 in Rio de Janeiro for analysis, seeking to identify if the party vote is distributed or not homogeneously throughout the territory and which areas of relative concentration of these votes. It was shown that, especially for larger parties, these votes are dispersed.

Key words: Party strategy; proportional elections; regionalization of votes.

Introdução

Os estudos sobre a consolidação do sistema partidário brasileiro ainda buscam identificar os mecanismos de seu funcionamento. Após longa tradição de trabalhos que aponta a fragilidade dos partidos, parte da literatura busca indicar a importância destes como atores relevantes na organização do sistema. Trabalhos como o de Limongi e Cortez (2010) focam a análise nas eleições para a presidência e a capacidade dos partidos em fechar o pleito à concorrência dos demais. Santos (2008) vai além e aponta que o cenário de estabilidade dos resultados eleitorais observado para as eleições do Executivo poderia ser estendido também as eleições legislativas, em especial para a Câmara dos Deputados.

Cabe observar que esta interpretação da relevância da organização partidária no Brasil, por ser muito recente, ainda carece de teorização ampla que a suporte, assim como de um olhar mais abrangente que leve em conta o conjunto das disputas eleitorais. Os trabalhos que a partir de evidências empíricas debatem esta temática deixam algumas lacunas. Notadamente, esta literatura ainda deixa de lado o tratamento que os próprios partidos dão às disputas proporcionais, principalmente ao legislativo federal. De forma geral, as pesquisas analisam os resultados eleitorais proporcionais de maneira agregada, sem considerar os aspectos espaciais. A concentração regional de votos dos partidos é um aspecto relevante neste contexto e é necessário incorporá-la mais detidamente.

Neste sentido, os índices de concentração devem permitir captar adequadamente a importância desta característica do sistema. O índice Quociente Locacional (QL), por exemplo, traz medidas adequadas para a avaliação relativa da dispersão regional dos votos obtidos por um partido em determinada eleição. Neste trabalho, este indicador será aplicado às eleições de

2010 para deputado federal no Rio de Janeiro como forma de avaliar a espacialização relativa dos votos entre os partidos neste distrito.

Elementos Teóricos

Em contraposição à interpretação da existência de partidos fracos como padrão característico do sistema político brasileiro, que remonta a Mainwaring (1991) e Lamounier (1989), surge recentemente uma literatura que, ao se basear na capacidade destes partidos estruturarem a dinâmica legislativa nacional, vislumbra algum grau de articulação partidária também na arena eleitoral. Primordialmente, o debate se encaminha para a avaliação da capacidade dos partidos já organizados de articularem-se a ponto de fecharem as eleições à entrada de novos partidos, focando basicamente nas eleições para o Executivo nacional. Por exemplo, Limongi e Cortez (2010) tratam desta questão abordando a capacidade do PT e do PSDB de articularem alianças com outros partidos de forma que, após seis eleições presidenciais no período pós redemocratização, ambos tenham concentrado os votos em cinco pleitos. Nesta perspectiva, PT e PSDB teriam conseguido estruturar as eleições nacionais através de alianças em cada distrito via coligações, que passam, portanto, pelas disputas pelos cargos de governador em cada um deles.

Entretanto, as eleições proporcionais ainda merecem uma observação mais detalhada como forma de identificar a dinâmica de consolidação dos partidos, inclusive como forma de identificar se o fechamento das disputas ao Executivo Nacional se reflete nas disputas na Câmara Federal. Há diferentes estratégias possíveis de serem adotadas pelos partidos como forma de obter maior participação na Câmara dos Deputados diante das regras eleitorais para disputa dos cargos legislativos. Uma delas é a partir da escolha da lista partidária oferecida aos eleitores. É bastante conhecida a prática da inclusão de

um puxador de votos: usualmente, um indivíduo midiático sem necessariamente possuir histórico político é incluído na lista como forma de alavancar a candidatura de outros indivíduos da mesma lista. Outra alternativa possível passa pela regionalização do voto. O partido procuraria elevar a sua abrangência regional com candidatos que fazem campanhas em áreas distintas, como forma de alcançar maior número de eleitores e, assim, ter condições de expandir sua participação no Congresso Nacional.

Considera-se como ponto fundamental, portanto, que o resultado eleitoral observado em determinado distrito decorre de uma estratégia praticada pelo partido. Em *Making Votes Count*, partindo da premissa de que os eleitores votam de forma instrumental, Gary Cox (1997) nos mostra que a organização de um sistema partidário nacional envolve diferentes problemas de coordenação, e que os resultados das eleições sofrem impacto tanto das instituições adotadas quanto das estratégias dos políticos. E, conforme nos mostra, essas estratégias devem levar em conta a magnitude do distrito e as previsões de votos dos partidos para que eles acertem não só nas estratégias de campanha, mas também e com impacto nestas, quantos candidatos irão lançar (COX, 2005, p.78).

Ainda que a correlação entre ambas não seja perfeita, e de fato, questões circunstanciais terão influência sobre o resultado eleitoral observado a despeito da estratégia escolhida pelo partido, a avaliação temporal destes resultados deve permitir que se identifique o resultado da estratégia eleitoral adotada. No caso particular das eleições para deputado federal, esta capacidade de articulação pode ser avaliada pelo número de cadeiras conquistadas por distrito eleitoral, em primeiro lugar, como também pelo número de votos obtidos em cada município dentro daquele distrito. Esta estratégia pressupõe, por um lado, temporalidade, na medida em que cada resultado obtido em uma eleição se

acumularia em algum grau influenciando os resultados dos pleitos futuros. Admite-se assim que os resultados em uma eleição qualquer carregam de alguma maneira o histórico das ações tomadas pelo partido frente ao eleitorado (PIQUET, ALMEIDA, 2008).

Em suma, o trabalho tratará da concentração espacial do voto de cada partido em determinado distrito ao longo do tempo. Partidos são entendidos aqui como atores estratégicos que desempenham papel ativo na mobilização do eleitorado. O comportamento eleitoral dos indivíduos, captado aqui através do voto, é resultado das atividades de partidos políticos e consequência cumulativa de suas estratégias (PRZEWORSKI, SPRAGUE, 1989).

Índice QL

Dada a dimensão espacial das disputas para o legislativo, não se espera observar distribuições homogêneas de votos com relação ao número de eleitores em cada cidade, tampouco aleatórias, no sentido de que os votos recebidos não reflitam esforços dos partidos. Os candidatos farão campanhas em áreas específicas do estado, ainda que este processo não resulte em votações concentradas, como observado em Avelino *et al.* (2011). Ainda assim, a identificação das localidades de interesse de cada partido pode ser determinada, desde que se controle o número de eleitores de cada município, pois a direta utilização do número de votos obtidos por cada candidato em qualquer localidade particular sofrerá da influência direta do seu tamanho relativo aos demais, o que é indesejado do ponto de vista da interpretação sobre a concentração espacial de votos.

É com intuito de superar estas dificuldades que propõe-se a utilização do Quociente Locacional (QL), conforme utilizado em Benavid-Val (1991). Este índice, originado na Economia Industrial, nos mostra qual a importância

relativa de cada região dentro do setor da economia analisado, determinando se ali há empregados em número acima do esperado para o tamanho daquela cidade. Assim, uma adaptação possível para os resultados eleitorais é:

$$QL_{im} = \frac{V_{im}}{V_i} \bigg/ \frac{V_m}{V}, \quad (1)$$

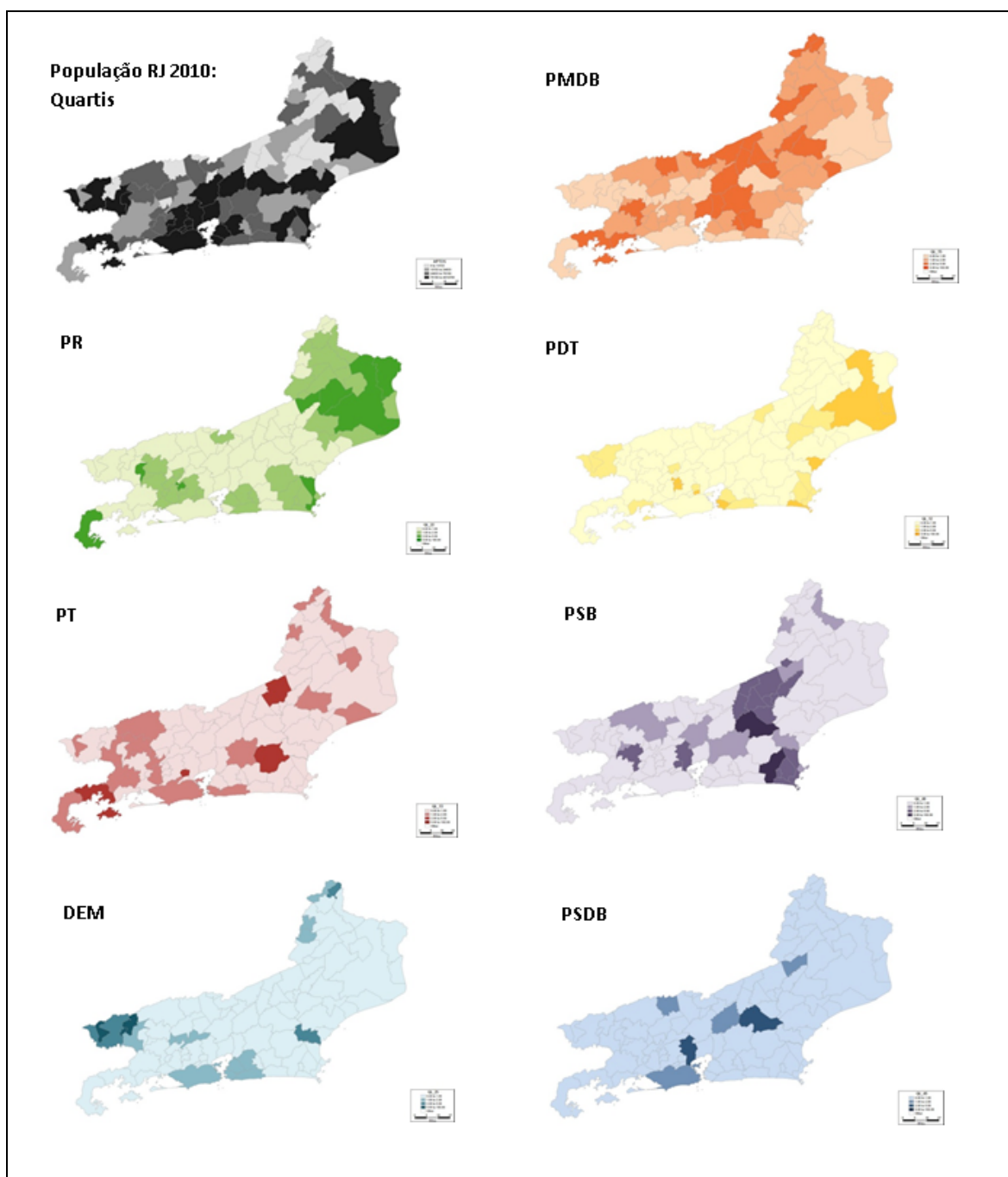
onde V_{im} é o total de votos do partido i no município¹ m , $V_m = \sum_i V_{im}$, $V_i = \sum_m V_{im}$ e $V = \sum_m \sum_i V_{im}$. O numerador mede a proporção de votos do partido em dado município, e o denominador, a proporção de votos da cidade sobre o total do distrito. Assim, quando o QL é igual a 1 significa que o partido recebeu exatamente a quantidade de votos esperada naquele município se a distribuição de votos fosse homogênea, dado o número total de votos recebidos por ele; se igual a 2, o partido teria recebido duas vezes mais votos do que o esperado, e assim sucessivamente. Esta informação permite comparar a votação obtida em termos relativos por município com uma distribuição homogênea. Tem-se, assim, um contrafactual natural para este indicador.

De acordo com o objetivo do trabalho, analisaram-se as votações de 2010 para o cargo de deputado federal dos partidos mais votados no estado do Rio de Janeiro com a aplicação do QL para os votos partidários². Os mapas abaixo apresentam os resultados:

¹ É importante ressaltar que o QL pode ser calculado para diferentes níveis geográficos de interesse, como zona, sessão eleitoral, ou mesmo conjunto de municípios, como micro e mesoregiões.

² Foi considerado o somatório dos votos de legenda com os votos nominais dos candidatos de cada partido para este fim.

Mapa 1 – QL partidário para o Estado do Rio de Janeiro em 2010



Fonte: TSE. Elaborado pelos autores

A primeira observação que deve ser feita é a de que as manchas de concentração dos votos dos partidos não coincidem necessariamente com as áreas nas quais a população se concentra. As manchas dos QLs para cada um

deles denota as áreas nas quais os partidos obtiveram votos acima e abaixo do esperado em uma distribuição homogênea. Por exemplo, o PMDB, partido no governo estadual pelas duas últimas gestões, não possui uma mancha muito definida, e em grande parte dos municípios seu QL está nas faixas entre zero e dois. Há alguma concentração que corta a Região Serrana, mas aparecem manchas também nos extremos do estado. Pode-se dizer que o partido não é muito dependente de nenhuma região fluminense.

O partido das gestões estaduais anteriores, PR, possui manchas na zona norte fluminense – cujo maior município, Campos dos Goyatacazes, é berço da família Garotinho – com outras áreas de concentração mais elevada ao sul do estado. O PDT também apresenta alguma concentração ao norte, que se pronuncia ainda mais pelo legado do brizolismo não estar concentrado em quase nenhuma outra parte do território.

O PT, por sua vez, tem baixo QL dentro da escala criada na grande maioria dos municípios, sendo relativamente concentrado no Médio Paraíba, mas com algumas outras concentrações dispersas. Vale ressaltar que entre os quatro maiores partidos o PT é o único com concentração na cidade do Rio de Janeiro. O PSB, de outro lado, traz uma mancha mais definida ao leste da Região Serrana e dos Lagos.

O DEM, baixamente concentrado ao longo do território, possui alguma concentração na ponta do Médio Paraíba. Também o PSDB esteve baixamente concentrado na maioria dos municípios, alcançando QL superior a um em apenas cinco cidades bastante populosas, incluindo a capital. Sugere-se que seu desempenho depende dessas cidades.

Destaca-se nestes mapas uma relativa complementaridade entre os partidos na concentração de votos neste distrito. Esta observação precisa ser cruzada com as coligações feitas nesta eleição para que se possa avaliar sua

extensão. Mas, ainda assim, esta hipótese dá espaço para que o componente regional seja incluído nas análises sobre o resultado eleitoral de cada partido.

Considerações Finais

O debate sobre coordenação no sistema partidário brasileiro está notadamente focado nas eleições presidenciais. A preocupação centra-se na capacidade dos partidos articularem-se de forma a impedir que outros partidos lancem candidatos. Porém, muito pouco se conhece sobre a capacidade de articulação partidária nas disputas proporcionais.

Para os cargos legislativos, o aspecto regional é fundamental em decorrência das regras eleitorais: votação proporcional com lista aberta em distritos multimembros. Se os partidos possuem algumas estratégias possíveis com o intuito de fortalecerem-se no Congresso, uma destas é a dispersão dos votos ao longo do território.

Este exercício consistiu em aplicar o índice de concentração QL às eleições do Rio de Janeiro, no intuito de captar um pouco do comportamento dos partidos na disputa para o Congresso. Importante destacar que não se tratou de encontrar redutos ou regiões de dominância dos partidos, tanto que os municípios de concentração dos partidos muitas vezes se sobrepõem. Tratou-se sim de identificar se a votação dos partidos se distribui ou não de maneira homogênea e quais as regiões de relativa concentração dos votos dos partidos. Mostrou-se que, sobretudo para os maiores partidos, há dispersão dos votos. São resultados preliminares e ainda merecem maiores investigações.

Referências

- AVELINO FILHO, G., BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. A concentração eleitoral nas eleições paulistas: medidas e aplicações. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, n.2, pp. 319-347, 2011.
- BENAVID-VAL, A. Economy Composition Analysis. In: *Regional and Local Economic Analysis for Practitioners*, NY, Praeger, Capítulo 7, pp. 67-76, 1991.
- CARNEIRO, L. P. e ALMEIDA, M. H. T. “Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, 2008.
- COX, G. W. *Making Votes Count*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- COX, G. W. Electoral institutions and political competition: coordination, persuasion and mobilization. In: *Handbook of New Institutional Economics*, ed. 2005.
- LAMOUNIER, B. Authoritarian Brazil Revisited: The Impact of Elections on the Abertura. In: A. Stepan (ed.) *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*, Oxford, Oxford University Press, pp. 43-79, 1989.
- LIMONGI, F. e CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário, *Novos Estudos*, n.88, pp. 21-37, 2010.
- MAINWARING, Scott. Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective. *Comparative Politics*, vol. 24, no 1, pp. 21-43, 1991.
- PRZEWORSKI, A. e SPRAGUE, J. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, F. Brazilian democracy and the power of "old" theories of party competition. *Brazilian Political Science Review*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, Jan/Jun., 2008.

PADRÕES DE DEPENDÊNCIA ESPACIAL DE VOTAÇÃO E GASTOS DE CAMPANHA: ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO (2002 A 2010)

*Patterns of spatial dependence of vote and campaign spending: Exploratory analysis of
representatives federal and state of Rio de Janeiro (2002 to 2010)*

Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza
Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ)
✉ cprsouza@gmail.com

Luís Felipe Guedes da Graça
Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ)
✉ lfggraca@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho busca investigar, de modo exploratório, se existe associação entre o padrão de dependência espacial de votação dos deputados federais e estaduais e seu respectivo padrão de gasto de campanha por voto. A referência espacial de análise é o conjunto de municípios do Rio de Janeiro, nas eleições de 2002, 2006 e 2010.

Palavras-chaves: Dependência espacial de votação; gastos de campanha; deputados.

Abstract: This study aims to investigate, in an exploratory fashion, the association between the pattern of the federal and state representatives' spatial dependence of vote and their respective pattern of campaign spending per voter. The spatial reference for analysis is the set of Rio de Janeiro municipalities in the 2002, 2006 and 2010 elections.

Key words: Spatial dependence of vote; campaign spending; deputies.

No Brasil, deputados federais e estaduais são eleitos pelo sistema proporcional de lista aberta, permitidos coligações e voto no nome do candidato ou na legenda partidária, e ainda existe a variação do número de vagas por distrito. As vagas são distribuídas aos partidos, desde que atingido o coeficiente eleitoral, os quais as preenchem com os nomes mais votados na lista, do partido ou da coligação (NICOLAU, 2006).

Atualmente, não há dados sistemáticos disponíveis sobre o modo pelo qual os candidatos a eleições proporcionais fazem campanha no distrito eleitoral. Não se sabe a extensão dos territórios visitados e tampouco existem informações georreferenciadas de seus gastos.

Poucas restrições incidem sobre as despesas dos candidatos. Inexistem tetos máximos para tais gastos e a única obrigação dos concorrentes é a de respeitar os limites definidos por seu próprio partido. Este quadro associado também à falta de tetos máximos para o total de receitas que pode ser arrecadado, por candidatos e partidos, exprime considerável tolerância à influência do dinheiro nas eleições.

Aponta-se a incerteza sobre o resultado das eleições como uma das razões a influenciar o gasto de campanha. A possível transferência dos votos via coligação (SANTOS, 1999), a alta taxa de renovação da Câmara (SAMUELS, 2000), a competição intrapartidária (SAMUELS, 2001) e a variação das lealdades partidárias em diferentes tipos de eleições, para o Executivo e para o Legislativo (TERRON, SOARES, 2010), são exemplos de fatores de incerteza nas eleições proporcionais no Brasil. Mas, dito isto, por que o espaço importa para o financiamento das campanhas?

Dependência espacial da votação e gastos de campanha

Uma das respostas pode ser a de que, pelo fato de os candidatos a cargos proporcionais terem acesso restrito aos meios de comunicação via Horário Eleitoral Gratuito, eles precisariam se tornar conhecidos do eleitor ao mesmo tempo em que difundiriam suas propostas presencialmente. A campanha presencial do candidato ou a existência de uma rede de apoio a sua candidatura é essencial para ser lembrado pelo eleitor.

É claro que existem fatores que podem relativizar tal necessidade de se fazer conhecido durante a campanha. Os candidatos de um mesmo partido podem escolher estratégias coletivas de campanha (partidos de esquerda, por exemplo), enquanto outros pleiteantes podem usufruir da vantagem de sua vida pregressa tê-los tornado pessoas públicas¹. Entretanto, o grande número de candidatos, permitido pela regra de que as listas podem conter candidatos na proporção de uma vez e meia o número de vagas disponíveis no distrito², faz da tarefa de ser lembrado algo que requer esforço.

Contudo, para a maioria dos candidatos, a campanha presencial deve ser relevante no papel de fixar, no eleitorado, seu nome e seu número. Ao considerar restrições dadas por limites orçamentários e logísticos para percorrer todo o distrito, espera-se que o esforço de um candidato para realizar campanha em determinado local gere um viés espacial de sua votação. Por meio de um processo *bottom-up* de contágio, no qual o candidato é vetor, processa-se a espacialização de seus votos.

¹São exemplos, desse caso, as candidaturas de ex-jogadores de futebol, cantores, atores, radialistas, apresentadores de TV, entre outros.

² De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2010, por exemplo, nas eleições para deputado estadual do Rio de Janeiro, foram mais de 1.500 candidatos aptos a disputar 70 vagas disponíveis, enquanto nas eleições para deputado federal, foram mais de 700 candidatos aptos a concorrer por 46 vagas. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/eleicoes-2010/estatisticas-de-candidaturas>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

No entanto, dada a escassez de recursos e a grande incerteza quanto aos resultados eleitorais, por conta da forte competição na arena proporcional, os candidatos devem pensar estrategicamente sobre onde gastar para mobilizar o eleitor. Espera-se que candidatos com mais conhecimento sobre seus territórios eleitorais gastem mais caso lhes pareça possível conquistar novos territórios ou gastem menos, em caso contrário.

Deste modo, por um lado, quanto mais consciente um candidato estiver de suas chances no espaço do distrito, menor a incerteza sobre onde alocar recursos e, por conseguinte, menor o incentivo para gastar recursos em outras áreas. Por isso, espera-se captar tal configuração pelo maior nível de definição da territorialização dos votos do candidato. Por outro lado, quanto menos conhecimento ele possua deste desenho, maior a incerteza sobre onde alocar recursos e maior o incentivo para dispersar recursos pelo território de maneira menos eficiente. Assim, espera-se menor definição dos territórios eleitorais do candidato.

A partir desta suspeita, propõe-se verificar se existe co-variação entre o padrão de dependência espacial de votação de candidatos proporcionais (como *proxy* para o padrão das atividades de campanha no distrito em função da incerteza quanto às chances eleitorais) e seu respectivo padrão de gastos de campanha. A expectativa é de se encontrar co-variação negativa desses fatores na medida em que maior incerteza sobre as chances eleitorais será equivalente a padrões menos definidos de dependência espacial de votação, resultantes em padrões mais intensos de campanha e em níveis mais altos de gasto para o candidato e vice-versa.

Dados e resultados

Com estas questões em mente, utilizam-se os dados das votações por município dos candidatos eleitos para deputado federal e estadual, assim como de seus respectivos gastos de campanha, no estado do Rio de Janeiro em 2002, 2006 e 2010³. A partir desses dados, calculam-se o índice de Moran global⁴ da sua votação, a razão dos gastos⁵ pelos votos recebidos e se estabelece o controle pela variável binária referente à candidatura do deputado eleito ter sido à reeleição ou não. Tanta economicidade, frente à quantidade de fatores de interesse que devem influenciar o gasto dos candidatos, deve-se ao caráter ainda bastante exploratório desta versão do trabalho.

Conforme o quadro 1, alguns candidatos gastam menos de um real por voto (aprox. 20 centavos de real, tanto para federais quanto para estaduais), enquanto outros chegam a gastar cerca de trinta vezes mais (aprox. 35 reais para federais e 30 reais para estaduais). Em média, gastou-se pouco mais de cinco reais em valores de 2002 por voto. A variação dos padrões de dependência espacial também é grande. Alguns candidatos praticamente não apresentam padrões espaciais significativos (no limite, 0,0395 para federais e

³ Disponíveis em TSE: <<http://www.tse.jus.br>>.

⁴ O I de Moran global é um índice de autocorrelação espacial de uma variável. Esse pode variar de -1 a +1. Sendo +1 a autocorrelação positiva máxima e -1 a autocorrelação negativa máxima. Um índice de 0 (zero) indicaria inexistência de padrão espacial. Para mais esclarecimentos, ver: Terron (2009, p. 59). O I de Moran não se trata de um índice de dispersão/concentração dos votos. Ele leva em conta uma matriz de vizinhança, o que torna a ideia de contiguidade central. Assim, é a partir da força de padrões espaciais, tanto de força eleitoral quanto de ausência de força, medidos pelo I Moran, que se propõe sua leitura como *proxy* de campanha eleitoral. Para as análises espaciais, utilizam-se o software GeoDa versão 1.0.1 de 20 de outubro de 2011 e a Malha Municipal Digital 2005 do estado do Rio de Janeiro do IBGE, com 92 municípios, em projeção geográfica e, adequação cartográfica para escala 1:2.500.000, e formato *shape* (shp). Para a regressão OLS, utiliza-se o software SPSS versão 16.0.

⁵ Os dados referentes aos gastos foram deflacionados utilizando-se a variação do PIB per capita a preços de 2002 disponível em IPEA Data: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

0,0112 para estaduais), enquanto outros alcançam padrões dignos de disputas majoritárias⁶ (0,7623 para federais e 0,7528 para estaduais).

Quadro 1: Estatísticas da amostra de deputados federais e estaduais eleitos do Rio de Janeiro em 2002, 2006 e 2010

	N		Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
Federal	121	I Moran	0,0395	0,7623	0,3249	0,1800
		Gasto/voto	0,18	34,79	5,2216	5,9055
Estadual	186	I Moran	0,0112	0,7528	0,2671	0,1714
		Gasto/voto	0,19	29,29	5,0586	5,0522

*Valores significativos a 0,05. Significância estimada por randomização (999 permutações das observações e dos locais, calculada a probabilidade da ocorrência do atual I em 1.000 amostras). Dos 138 casos de deputados federais, 17 deles não apresentaram valores significativos a 0,05 e foram excluídos da análise subsequente. Dos 210 casos de deputados estaduais, 24 deles também não apresentaram valores significativos e foram excluídos da análise. O gasto dos candidatos eleitos foi deflacionado pelo índice de variação do Produto Interno Bruto per capita a preços de 2002.

Fontes: IBGE; IPEA Data; TSE. Elaboração dos autores.

De acordo com a figura 1, pode-se ver a variação dos padrões de dependência espacial de fraco (à esquerda) para forte (à direita) de candidatos eleitos a deputado federal e estadual. Quando a territorialização do voto é pouco definida, tanto as áreas contíguas de força relativa⁷, quanto às de fraqueza relativa, são muito pequenas, predominando no mapa o branco das áreas onde não há padrão significativo. A leitura proposta é a que, nestes casos, o candidato deve ter tido menor capacidade de identificar lugares nos quais tinha força ou era rejeitado em relação a outros candidatos. Tal incerteza deve influenciar também a eficiência da distribuição dos recursos de campanha.⁸ De

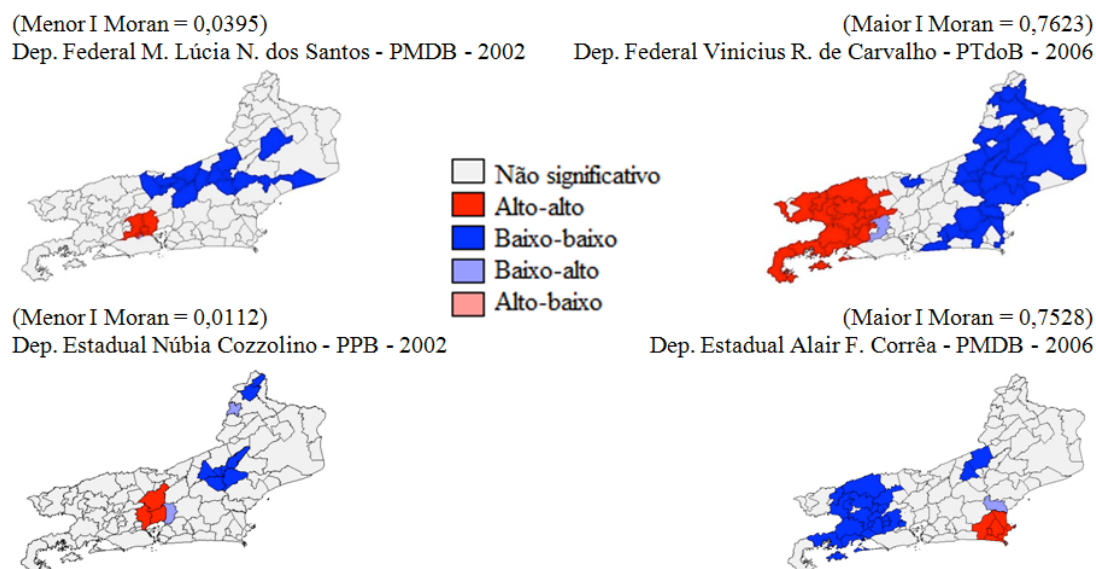
⁶ No Brasil, a média do I Moran global dos candidatos presidenciais de 1989 a 2006 é de 0,72 (Terron, 2009:78).

⁷ A força relativa de um candidato se refere à porcentagem de seus votos em dado município frente aos votos válidos do mesmo.

⁸ Pode soar tautológico o argumento, já que a noção de força relativa é motora da ação, mas só é verificada na votação, no fim da campanha. Todavia, espera-se que os candidatos tenham alguma noção razoável dessa distribuição espacial da sua força, derivada da experiência prévia em eleições ou de atuações da vida pregressa daquele que se candidata. Assim, a territorialização de sua votação poderia ser lida como *proxy* para sua atividade de campanha. Assume-se, pois, que não há variação na capacidade de transformar essa força relativa em voto entre os candidatos. Há esta diferença na realidade, mas se esse viés for relevante, ele agirá contra a

forma complementar, quando a territorialização do voto é mais definida, espera-se menos incerteza no momento da alocação de recursos e, consequentemente, mais eficiência na relação gasto por voto.

Figura 1: Mapas LISA para a variação da dependência espacial da votação de deputados federais e estaduais eleitos do Rio de Janeiro em 2002, 2006 e 2010



No quadro 2, apresentam-se os resultados da regressão linear na qual o gasto por voto é variável dependente e o I Moran global, a *dummy* de reeleição e as variáveis de controle do ano são independentes.

Quadro 2: Regressão Linear OLS

	Modelo dos Dep. Federais		Modelo dos Dep. Estaduais	
(Constante)	3,819	,004***	3,253	,000***
Moran100	-0,051	,058*	-,035	,057*
Reeleição	2,142	,025**	,222	,728
Ano_2006	,355	,753	1,850	,018**

hipótese principal, de que padrões mais fortes de votação capturam menos incerteza, e, por conseguinte, menores gastos por voto.

Ano_2010	6,037	,000***	6,133	,000***
R ²	,274	,000***	,297	,000***
Variável dependente: Gasto/voto				
*sig 90%	**sig 95%	***sig 99%		

Fontes: IBGE; IPEA Data; TSE. Elaboração dos autores.

A variável de interesse apresenta o sinal esperado e significância de 90% tanto para deputados estaduais quanto para os estaduais. O coeficiente mostra que, *ceteris paribus*, a variação positiva de um centésimo do I Moran se associa com a diminuição de gastos de cinco centavos de real por voto, deflacionados a valores de 2002, para deputados federais e de três centavos de real para os estaduais. Caso Wagner Montes (PDT), o candidato mais votado em 2010 para deputado estadual com 528.628 votos, tivesse seu I Moran diminuído no limite a ponto de seu padrão deixar de existir (I Moran=0), os gastos de campanha dele teriam um aumento estimado de um milhão e 300 mil reais, deflacionados a valores de 2002.

A variável “reeleição” apresentou resultados conflitantes, mas interessantes. Tendo alcançado significância mínima de 95% apenas para os deputados federais, nas duas equações ela apresenta sinal positivo. Esse resultado indica que os candidatos reeleitos apresentaram, em média, gasto maior do que aqueles que não estavam presentes na última legislatura. Em média, deputados federais reeleitos gastaram 2,14 reais a mais por voto do que os outros candidatos eleitos. Isto pode ser resultante da ausência dos efeitos esperados de *incumbency* evidenciados pela alta taxa de renovação da Câmara ou pela incapacidade do deputado de traduzir atuação parlamentar em votos, ou, ao contrário, da maior disponibilidade de recursos para candidatos que já ocupam o cargo de deputado. Todavia, estas são hipóteses concorrentes que precisam ser investigadas.

Considerações finais

Não é possível fazer grandes afirmações baseadas nos resultados encontrados até o momento devido ao caráter exploratório do estudo. Resta a tarefa de melhorar o modelo para se poder chegar a conclusões mais precisas sobre o quanto os padrões de dependência espacial de votação podem indicar algo sobre os níveis de eficiência do gasto de campanha dos candidatos a deputado federal e estadual no Rio de Janeiro. Aparentemente, pode existir alguma relação entre menor incerteza medida por meio do *proxy* da territorialização forte dos votos e maior eficiência do gasto por voto dos candidatos eleitos, no Rio de Janeiro, para a Câmara e para a Assembléia.

Até agora, a autocorrelação espacial de votos tem sido pouco usada para compreender a realidade dos candidatos proporcionais no Brasil. O estudo pioneiro de Ames (2003) acabou associando o I Moran à medida de dispersão/concentração dos votos dos deputados, gerando mais confusão do que esclarecimento.

No trabalho proposto aqui, abre-se caminho para se pensar a utilização do I Moran global por nova perspectiva, na qual a territorialização eleitoral dos candidatos pode servir de pista para a incerteza enfrentada por eles no momento da alocação dos recursos de campanha no interior do distrito. Com as devidas qualificações e aperfeiçoamentos, pela inclusão das medidas de concentração/dispersão dos votos e de atributos mais específicos dos candidatos e partidos, resta verificar se o espaço ainda terá centralidade na relação da incerteza e da eficiência do gasto dos candidatos proporcionais.

Referências

- AMES, B. *Os entraves da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2003.
- CARVALHO, N. R. E no início eram as bases: Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- JOHNSTON, R.; PATTIE, C. *Putting Voters in Their Place: Geography and Elections in Great Britain*. Norfolk, UK: Oxford University Press, 2006.
- NICOLAU, J. *O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil*. Dados. v. 49. n. 4, pp. 689-720, 2006.
- SAMUELS, D. *When Does Every Penny Count?: Intra-Party Competition and Campaign Finance in Brazil*. Party Politics. v. 7, n. 1, pp. 89-102, 2001.
- _____. *Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil*. Legislative Studies Quarterly. v. 25, n. 3, pp. 481-497, 2000.
- SANTOS, F. *Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil*. Dados, v. 42, n. 1, pp. 111-138, 1999.
- TERRON, S. L. *A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989 - 2006)*. Tese de Doutorado em Ciência Política defendida no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.
- TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. *As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio*. Opinião Pública. v. 16, n. 2, pp. 310-337, 2010.

QUANDO O TENENTE GLAHN FOI À GUERRA: O ATENTADO EM OSLO (2011)

When the lieutenant Glahn went to war: The attack in Oslo (2011)

Gabriel Fernandes Rocha Guimarães
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
✉ gabrielfrg@bol.com.br

Resumo: O texto a seguir discute o tema da extrema direita na Europa, tendo como ponto central o atentado cometido em Oslo em agosto de 2011, por um extremista de direita, quando 77 pessoas foram mortas. Procuramos defender a ideia de que o crescimento da extrema direita é um fenômeno mais contra a globalização do que a multiplicidade de culturas, desde que estas culturas tenham suas próprias bases territoriais.

Palavras-chaves: Europa; ideologia; multiculturalismo.

Abstract: The following article discusses the issue of the far-right in Europe, having as a central point the attempt carried in Oslo, in august 2011, by a far-right extremist, when 77 people were murdered. We try to defend the idea that, the growing power of the extreme right is more a phenomenon against the globalization, than against the multiplicity of cultures, since the later have their own territorial basis.

Key words: Europa; ideology; multiculturalism.

No dia 22 de julho de 2011, o norueguês Anders Behring Breivik tentou assassinar o Primeiro Ministro de seu país com um atentado a bomba em um prédio do governo, matando sete pessoas. Em seguida, ele se dirigiu para a ilha de Utoeya, próxima da capital Oslo, onde ocorria um grande encontro da juventude do Partido Trabalhista norueguês. Lá, vestido de policial, Breivik fuzilou dezenas de jovens, a sangue frio, fazendo com que os dois ataques juntos somassem setenta e sete mortos. Após ser preso, Breivik afirmou que cometeu esse atentado por causa de uma simples, mas urgente, necessidade: a luta contra a esquerda multicultural. Afirmou, também, que seu ato realmente foi cruel, mas, infelizmente, necessário. Breivik conclamou os

povos “nativos e originários” da Europa a lutar contra as múltiplas minorias não europeias que, cada vez mais, ocupam as capitais do continente. O jovem ainda afirmou que os povos “indígenas nórdicos” não podem perder seus valores culturais, seus usos e seus costumes, sendo a miscigenação e a integração as bases sociais da decadência e da corrupção. Desta forma, o multiculturalismo seria o grande perigo que ronda a nação do norte.

Entretanto, à primeira vista, as ações de Breivik e seu discurso parecem apresentar enormes ambiguidades. A primeira é o fato de ele, em um ato declaradamente antagônico aos elementos estrangeiros, ter dirigido seus ataques a um elevado número de jovens “nativos” da Noruega, ainda que entre os mortos também houvesse muitos estrangeiros. Esta ambiguidade não é tão nebulosa, uma vez que Breivik culpou o Partido Trabalhista por permitir a entrada de imigrantes, especialmente muçulmanos, em seu país. Seu ataque se dirigiu ao governo social-democrata e às suas bases sociais e partidárias presentes na ilha de Utoeya. Ainda assim, muito se especulou, com relação aos motivos pelos quais ele atirou em noruegueses nativos – ainda que do partido trabalhista – e não apenas em estrangeiros.

Outra ambiguidade consiste em haver um forte elemento antimuçulmano em seu discurso, Breivik, embora tenha atirado em muitos muçulmanos em Utoeya, não direcionou seu ataque exclusivamente a eles. Se assim tivesse sido, provavelmente ele teria cometido seus atentados em centros exclusivamente islâmicos como mesquitas e centros de orações, preservando possíveis vítimas norueguesas e mesmo imigrantes não muçulmanos.

Entretanto, uma terceira ambiguidade parece ser ainda mais inquietante, pois não foram os imigrantes os primeiros a tornar a Noruega uma nação multicultural, mas a minoria Lapã, originária dos montes Urais, que habita o extremo norte da Europa, em áreas que se estendem por Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia. A integração dos Noruegueses com os Lapões nem sempre

foi pacífica, como mostra o cinema nacional daquele país em filmes como *Ofelas* (1987) e *A revolta de Kautokeino* (2009). Os líderes lapões mortos durante a Revolta de Kautokeino, ocorrida em 1852, só tiveram direito a um funeral digno em 1997. A partir dos anos 80 e 90, os lapões começaram a adquirir reconhecimento de seus valores, língua e particularidades culturais. Então fica a pergunta: porque Breivik não descarregou seu ódio às diferenças culturais nos lapões? Ou mesmo: porque outros noruegueses nacionalistas não o fizeram antes? Seria possível ainda questionar por que a extrema direita norueguesa não se fortaleceu naquele momento, e sim nos dias atuais. A questão é que os Lapões são uma minoria, em boa medida imersa na tradição, e com bases territoriais não urbanas, vivendo em uma região própria, não se convertendo em guetos urbanos de tendências supostamente mais “desenraizadas”.

O caso de Breivik ilustra a problemática de minorias sem base territorial agrária, de forma que não podem obter autonomia nem um reconhecimento que possa se materializar em instituições político-territoriais e administrativas concretas. Essas múltiplas minorias, além do mais, ao partilhar os mesmos espaços urbanos de interação face-a-face criam, aos poucos, novas configurações sociais, distanciando-se de suas culturas de origem, porém, sem serem integradas plenamente à cultura nacional nativa que os recebe. Desta forma, a própria ideia do que seriam as culturas minoritárias torna-se confusa, uma vez que elas se misturam, criando redes sociais inter-étnicas e aproximando mais de nichos sociais cosmopolitas urbanos e globalizados, portadores de práticas observadas em boa parte dos grandes centros urbanos do mundo. Neste caso, o reconhecimento, não podendo se converter em autonomia político-territorial, fica restrito a um imperativo moral exercido estritamente no plano da inter-subjetividade e direcionado às maiorias nacionais. O problema torna-se mais complicado quando algo assim acontece, porque setores nacionais mais apegados a seus valores, sua identidade, e sua

auto-imagem como nação, podem interpretar tal imperativo como insuportável e desintegrador de seus laços e solidariedade sociais tradicionais. Talvez, aqui esteja a explicação do crescente apoio eleitoral aos partidos nacionalistas de direita, na Noruega. Dessa maneira, parece necessária uma revisão de paradigmas analíticos como multiculturalismo e teoria do reconhecimento, que aparentam não distinguir a diferença entre minorias portadoras de territórios específicos e baseadas na tradição, e configurações sociais urbanas polissêmicas, mais típicas da contemporaneidade, e distantes da “aldeia original”, do cidadão moral “rousseauniano”, seja de seus países de origem, seja da nação anfitriã.

Breivik fez essa distinção, ao direcionar seus ataques aos seus próprios concidadãos, que, ao defender os direitos de levadas de imigrantes vivendo em Oslo, foram vistos como arautos de um mecanismo de desenraizamento dos valores originais do povo nórdico, e não a minorias étnicas tradicionais habitantes do norte escandinavo. Seu ataque direcionou-se antes ao núcleo da sociedade de massas contemporânea que ao pluralismo cultural propriamente dito, uma vez que o reconhecimento dos lapões foi o passo inicial para transformar a Noruega em uma nação, em certa medida, multicultural.

Na verdade, Breivik apresenta uma espécie de radicalismo “herderiano”. Johann Gottfried Herder, filósofo romântico alemão dos séculos XVIII e XIX, e importante figura intelectual na formação da identidade alemã (sendo considerado por muitos autores ao embrião da ideologia nazista), afirmava que cada cultura detém valores e costumes idiossincráticos, portadores de sentido quando operacionalizados entre seus próprios membros. As diversas culturas seriam portadoras de uma lógica própria, não sendo acessíveis a uma lógica universalista baseada na razão iluminista. O próprio Herder ao buscar os elementos mais originais da identidade alemã, direcionou-se às comunidades agrárias da região da floresta negra, que para ele, portariam valores contrários aos das cortes europeias,

mais urbanas e cosmopolitas, e centros do iluminismo importado da França. Também portariam uma forma de coletivismo contrário ao espírito economicista e capitalista do mundo anglo-saxão, em particular inglês e norteamericano. É bom lembrar que o culto herderiano das comunidades rurais, embora tenha criado os elementos simbólicos da congruência entre o “sangue o solo”, e do violento nacionalismo étnico alemão, em muito foi além do território europeu, tendo sido grande influência para Gandhi, no processo de independência da Índia, assim como para diversos nacionalismos oriundos do mundo árabe. Herder afirmava que os nichos sociais urbanos e cosmopolitas seriam um erro de percurso da História humana, devendo passar por algum processo de correção. No mundo cosmopolita moderno, as diversas culturas humanas entrariam em um processo de inter-penetração tal que perderiam o seu sentido original, mergulhando seus membros na anomia social.

Desta forma, pode-se afirmar que não apenas Breivik, mas a extrema direita norueguesa e europeia em geral, teria bases ideológicas herderianas, uma vez que seus discursos são claramente contrários à globalização, não apenas econômica, mas também social. O ataque de Breivik visou minorias que compunham um conjunto social fora do conceito “herderiano” de cultura, preservando aquelas minorias não-germânicas mais próximas dele, os lapões. O fato de a extrema direita na Noruega ter crescido frente a um aparente processo de globalização social de bases urbanas, e não a uma cultura minoritária portadora de bases rurais e territoriais, e, em certa medida detentora de suas idiossincrasias culturais, mostra o peso do pensamento de Herder e do romantismo germânico no continente europeu, e na constituição das ideologias da extrema direita. É interessante notar que as origens do que hoje é conhecido por multiculturalismo, estão no próprio Herder, uma vez que ele defendia o direito de existência a qualquer cultura humana, desde que esta preservasse os seus valores culturais originais e não passasse por um

processo de desenraizamento. Porém, para o filósofo romântico, a idéia de cultura estaria ligada a nichos sociais tradicionais, contrários aos nichos sociais urbanos e cosmopolitas, tornando necessária a revisão do conceito de multiculturalismo e sua aplicabilidade a minorias não tão imersas na tradição.

O gosto pela vida bucólica no campo e pela caça mostram o apego de Breivik às origens de seu povo e à identidade camponesa dos noruegueses. Neste ponto ele se assemelha muito ao Tenente Glahn, herói literário de Knut Hamsun, escritor dos séculos XIX e XX que ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 1920, por seu livro “Os frutos da terra”, sendo considerado um dos principais estruturadores da identidade cultural norueguesa. Nessa obra, Hamsun relata a saga de uma família de agricultores noruegueses na conquista do norte da Escandinávia, terra inclusive, dos lapões. Suas obras são marcantes no elogio da vida rural, e na crítica da sociedade urbana cosmopolita, em particular a norte-americana, o que, assemelha muito seu pensamento ao de Herder. O Tenente Glahn, principal personagem do livro *Pã*, era um guarda florestal que vivia em uma rústica cabana nas montanhas, passando o tempo em longas caminhadas nos bosques e na caça de aves silvestres. Olhava com inquietação para os habitantes de Oslo (na época Cristiania) que, orgulhosamente, diziam que iriam à “Europa” quando viajavam para as cosmopolitas Londres ou Paris. Note-se que o que era considerado a Europa naquele período estava em boa medida, no mundo urbano detentor dos valores universais provenientes do classicismo, representados, sobretudo, por Inglaterra, França e Itália, e não necessariamente o mundo dos “loiros nórdicos”.

Desta vez a inquietação do “novo” Glahn foi elevada a níveis extremamente mais perigosos, uma vez que o cosmopolitismo não mais estava nas distantes Paris, Londres ou Milão, mas na sua Oslo, ocupada por uma suposta massa humana desenraizadora, levando-o a um ato de violência sem precedentes no pós-guerra, em seu país. A luta pela especificidade cultural, e

contra a globalização neste episódio, partiu de um membro da maioria, contra a polifonia cosmopolita, e não de um povo do “sul global” contra um “norte global”, colocando em dúvida a validade desta divisão tão estática e inflexível elaborada por Boaventura de Souza. Isto, uma vez que as idéias herderianas por detrás das ações de Breivik, são consideradas, por muitos autores do tema do nacionalismo (Greenfeld, Gellner, Smith) como uma ideologia anti-moderna e anti-ocidental, uma vez que se coloca contra a supremacia das categorias cognitivas geradas pelo Iluminismo francês e pelos empirismo e economicismo britânicos. Ideologias étnicas tendem ao fechamento e à anti-globalização, independente de serem oriundas do “sul” ou do “norte global”, independente de serem conduzidas por movimentos conservadores ou emancipatórios. Seu atentado não deve ser, de forma alguma, justificado, porém ele deve nos lembrar das limitações de uma ideologia multiculturalista que coloca todos os “outsiders” no mesmo terreno analítico-interpretativo, pelo simples fato de serem “outsiders”, ainda que alguns estejam mergulhados na tradição e no território (sendo culturas segundo o modelo de Herder), e outros, nem tanto. Se estas limitações não forem devidamente trabalhadas e repensadas, é possível que partidos com ideologias de extrema direita venham a se fortalecer ainda mais na Europa.

ELEIÇÕES E PESQUISAS ELEITORAIS: DESVENDANDO A CAIXA-PRETA

Elections and election polls: Unveiling the black-box

Juliano Domingues da Silva
Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)
✉ juliano_domingues@hotmail.com

O livro “Eleições e pesquisas eleitorais: desvendando a caixa-preta” se propõe a esmiuçar as etapas de operacionalização das pesquisas eleitorais de modo simples e didático, desde as possibilidades de desenho de *surveys* à interpretação dos números. Embora apresentem um panorama geral dos procedimentos básicos relacionados ao tema, os autores abordam, mais detidamente, os meandros da técnica de amostragem por cotas.

Ressalta-se, do ponto de vista analítico, a seguinte característica do livro em foco: ao mesmo tempo em que destaca a relação entre intenção de voto e ferramentas estatísticas, não perde de vista o contexto no qual se processam tanto as eleições quanto as próprias pesquisas. A estatística não é entendida, portanto, como um fim em si mesma, mas como um meio através do qual se torna possível inferir acerca da realidade observada. Nesse sentido, a obra sugere complementaridade entre técnicas quantitativas e qualitativas de coleta e análise de dados, o que acaba por lhe conferir potencial poder explicativo sobre a temática em tela.

Tal direcionamento metodológico não se deve ao acaso. Parece, sim, refletir o perfil dos autores: Adriano Oliveira é cientista político; Maurício

Costa Romão é economista; e Carlos Gadelha, estatístico. A reunião dessas competências reproduz uma “fórmula” consolidada e de relevante sucesso no campo da ciência política contemporânea de ponta, em que dados descritivos e narrativas interpretativas se unem na construção de explicações amplas e convincentes sobre a realidade.

Oliveira, Romão e Gadelha são, ainda, professores. O que, em parte, explica a divisão didática dos tópicos, bem como a redação clara e objetiva, sem rodeios. Esse formato se deve, também, ao público-alvo da obra. Os autores não escondem a ambição de atingir o que chamam de “grande público”, conforme explicitado em texto introdutório. Neste grupo estariam incluídos de estudantes do ensino médio e pesquisadores da área de ciências sociais a políticos e assessores legislativos, passando por jornalistas e consultores eleitorais.

O que, à primeira vista, poderia soar como ambicioso, revela-se extremamente factível. Isso porque salta aos olhos a habilidade da obra em lançar mão de uma linguagem acessível, sem qualquer prejuízo ao rigor acadêmico. Some-se a isso a seguinte estratégia didático-narrativa: imediatamente após dissertar a respeito de determinado conceito, os autores fazem referência à realidade, ao citar exemplos hipotéticos ou não que permitem a conexão entre construções conceituais – por vezes extremamente abstratas – e empiria. Fórmula esta que, repetida com frequência ao longo do texto, revela-se como um incentivo à compreensão por parte do leitor pouco acostumados à temática.

O livro está dividido em cinco capítulos, intitulados – respectivamente – “Pesquisa eleitoral e amostra”; “Leitura dos números”; “Compreendendo os resultados”; “Miscelânea”; e, por ultimo, “Para que servem as pesquisas eleitorais? Interpretação, cenários e estratégias”.

O primeiro capítulo introduz características básicas relacionadas aos critérios científicos próprios de um survey, bem como à lógica do desenho de pesquisa. Trata-se, portanto, de trecho fundamental para o entendimento das informações apresentadas nos capítulos seguintes, principalmente para leitores não familiarizados com o tema. Nesse contexto, as concepções de “amostra”, “amostragem”, “viés de seleção” e “aleatoriedade” são apresentadas ao leitor de maneira leve e compreensível.

O célebre caso da disputa entre Landon e Roosevelt em 1936 para a presidência dos EUA, por exemplo, é recordado para ilustrar a diferença entre tamanho da amostra e representatividade do universo pesquisado. Questões de ordem metodológica, recordam os autores, comprometeram não só os resultados do levantamento como também a reputação da Digest, ao mesmo tempo em que alçaram George Gallup ao posto de celebridade. No cerne da questão, lá estavam os critérios de definição e operacionalização da amostra.

Os autores, porém, não se restringem a apontar os equívocos mais comuns relacionados a esse tópico. Como um manual de instruções, orientam o leitor por meio de dicas diretas e claras sobre como evitá-los. Ao abordar, por exemplo, as ideias de “erro amostral”, decorrente de problemas metodológicos, e “erro não amostral”, consequência de deslizes no trabalho de campo, o texto ressalta a importância da seleção e capacitação dos profissionais escalados para a aplicação dos questionários. Nesse sentido, Oliveira, Romão e Gadelha lançam luz sobre a relação entre o desenho e operacionalização da pesquisa e a qualidade dos resultados obtidos, de maneira a explicitar em que medida esta é reflexo daquele.

Tal aspecto se torna ainda mais claro quando ressaltada a relação inversamente proporcional entre tamanho da amostra e erro amostral. Esta

temática é acompanhada de um louvável esforço de “tradução” de expressões matemáticas básicas da estatística, por meio do qual os autores oferecem ao leitor a oportunidade para destrinchar os meandros – por vezes obscuros – dos cálculos realizados pelos institutos de pesquisa. Neste momento, discorrem sobre a ideia de “nível de confiabilidade” – este, por sua vez, diretamente proporcional ao custo financeiro da pesquisa. Verifica-se que os autores, novamente, não perdem de vista questões de ordem prática e alertam: quanto maior o nível de confiança, mais cara financeiramente a investigação; porém, mais valiosa para subsidiar decisões estratégicas por parte do candidato, porque mais informativamente confiável. Cabe aos pesquisadores e a seus clientes, em comum acordo, chegarem a um trade-off – apontam os autores.

Observe-se, portanto, outro aspecto relevante que norteia a obra: Oliveira, Romão e Gadelha orientam o leitor sobre como, em que casos e com quais níveis de confiabilidade pesquisas de opinião podem ser utilizadas como suporte ao processo de tomada de decisão. Candidatos, assessores e profissionais da área de ciências sociais dispõem, então, de um útil guia não só sobre como agir diante de determinados cenários apontados por pesquisas, mas também sobre em que medida se deve levar certos dados a sério – uma vez que a confiabilidade dos mesmos depende, como já destacado, do rigor dedicado a uma série de procedimentos estatísticos.

O texto detalha, ainda, o passo-a-passo referente à confecção de pesquisas, destrinchando os limites e possibilidades relativos ao método por amostragem estratificada de conglomerados em múltiplos estágios. Trata-se de uma espécie de manual do tipo “como fazer”. Mais do que simples conceitos, “estratos e setores censitários”, “conglomerados” e “estágios” são apresentados como ferramentas capazes, a depender do modo como venham a ser manuseadas, de se aproximar uma amostra por cotas de uma amostra

probabilística. Exemplos de desenho de plano amostral a partir de pesquisas realizadas pelos próprios autores ilustram tentativas nesse sentido.

Questões quanto ao uso de técnicas de pesquisa – se espontânea ou estimulada; quantitativa ou qualitativa – também são destacadas. Escolhas nesse sentido, alertam os autores, servem a propósitos distintos e, por isso, devem ser balizadas pelos objetivos do candidato. Quando o eleitor se manifesta favorável ou contra determinado candidato espontaneamente, é possível se verificar a ocorrência do que a literatura chama de *recall*, ou seja, afere-se em que medida esse candidato é lembrado pelo público. Lança-se mão, portanto, da pesquisa do tipo espontânea. No entanto, se a pretensão do núcleo de campanha é verificar o quadro evolutivo do seu candidato na corrida eleitoral, sugere-se a modalidade estimulada. O mesmo se aplica às escolhas “quali-quantitativa”. Caso se necessite de um diagnóstico relacionado à imagem do candidato diante de potenciais eleitores, recomenda-se uma abordagem qualitativa. Entretanto, se o objetivo é identificar a evolução do mesmo na corrida pela preferência do eleitor, sugere-se uma pesquisa quantitativa.

De posse dos conhecimentos básicos para se compreender tanto o processo de elaboração quanto o de execução de pesquisas eleitorais, o leitor é levado a analisar casos concretos. Estes são apresentados de forma mais detida a partir do capítulo 2, quando um instigante quadro comparativo entre procedimentos adotados por alguns dos principais institutos de pesquisa do País (Datafolha, Ibope, Vox Populi e Sensus) levanta diferenças de ordem metodológicas que acabam por explicar divergências em termos de resultado – nesse momento, o livro antecipa tema tratado no capítulo 3: números de pesquisas diferentes só são passíveis de comparação quando obtidos a partir da mesma metodologia. Os autores problematizam, assim, as estratégias quanto à definição do universo pesquisado, formulação e ordem de perguntas, de modo

a questionar em que medida escolhas nesse sentido teriam potencial de interferir no comportamento do entrevistado.

Outro tema central no capítulo 2 diz respeito ao cálculo dos dados relativos àqueles eleitores que se declaram indecisos, de maneira a se chegar a resultados dotados de confiabilidade. Ainda sobre o quesito “nível de confiança” dos dados, tema que também merece destaque no mesmo capítulo diz respeito a estratégia de pesquisas para senador quando há duas vagas a serem preenchidas. Os autores reconhecem as limitações dos institutos de pesquisa em encontrar meios precisos para captar a intenção de voto em casos desse tipo. Após refletir sobre erros e acertos, Oliveira, Romão e Gadelha creditam tal limitação ao elevado número de indecisos – típico desse tipo de eleição – e à dificuldade de se identificar o segundo voto do eleitor. Ou seja, colocam essa questão como um problema a ser resolvido.

O capítulo 3 se encarrega de dotar a análise dos números de uma certa sofisticação qualitativa. Observa-se, assim, um diálogo ainda mais explícito entre dados quantitativos meramente descritivos e interpretação assentada em pressupostos teóricos da ciência política. O texto sugere o quanto a intenção de voto identificada por meio de técnicas estatísticas, uma vez inserida no contexto dos fatos políticos, revela preferências e tendências do eleitorado. Os autores tomam como exemplo as eleições para a presidência da República de 2010 e a repercussão de notícias na performance dos candidatos. O chamado “Escândalo da Casa Civil” relacionado à então candidata Dilma Rousseff, bem como controvérsias quanto a questões religiosas explicariam oscilações nas intenções de voto dos eleitores identificadas por meio de pesquisas de campo. Casos desse tipo levam os autores a relativizar divergências entre resultados obtidos por diferentes – ou até pelo mesmo – institutos de pesquisa, creditando

as eventuais discrepâncias a mudanças conjunturais nas preferências do eleitorado.

Movimentos ondulatórios quanto à preferência dos eleitores é tema, também, do capítulo 4, quando os autores abordam a chamada “pesquisa eleitoral de tracking”. Por ser diária, tem sido cada vez mais utilizada para se verificar movimentos oscilatórios em reta final de campanha e, assim, subsidiar eventuais decisões estratégicas por parte do núcleo de campanha do candidato. Ela se torna possível, destacam Oliveira, Romão e Gadelha, a partir do princípio estatístico de médias móveis, que confere ao procedimento uma natureza de “processo” ao invés de “fotografia do momento”. Como exemplo, o texto cita as eleições 2008 nos EUA, entre o democrata Barak Obama e o republicano John McCain. Naquele momento, o instituto Gallup aplicou pesquisa entre os dias 15 de agosto e 6 de setembro, diariamente. Neste mesmo capítulo, os autores também tratam de temas controversos, como os interesses envolvidos na confecção e divulgação de pesquisas eleitorais e o potencial de transferência de votos.

Por fim, no capítulo 5, Oliveira, Romão e Gadelha se propõe a responder a perguntas-síntese da proposta do livro, a saber: qual é a razão de se realizar pesquisas eleitorais?; como as pesquisas podem desmistificar o contexto político-eleitoral?; para que servem as pesquisas eleitorais?; e, por último, como utilizar pesquisas eleitorais na construção de estratégias? Este capítulo cumpre, portanto, o papel de “conclusão” da obra, uma vez que se trata do último tópico do livro. Ao responder os questionamentos acima listados, os autores retomam a essência do debate desenvolvido até então, situando-o – agora mais claramente – no contexto teórico das ciências sociais.

Eleições e pesquisas eleitorais são relacionadas às concepções de fenômeno social, ação social, preferências, interesses, valores, comportamento instrumental, incentivos à mudança e escolhas estratégicas. A obra é, então, enquadrada teoricamente a partir da revisão de pressupostos ontológicos e epistemológicos aos quais a temática do livro se encontra vinculada. Assim, ao se propor a esmiuçar a confecção e operacionalização das pesquisas em contexto eleitoral, o livro oferece não só uma relevante contribuição do ponto de vista do objeto de pesquisa, mas também do debate teórico.

É possível afirmar, portanto, que “Eleições e pesquisas eleitorais: desvendando a caixa-preta” é um notável exemplo de equilíbrio entre teoria e empiria; entre reflexão acadêmica e trabalho de campo.

Referência

OLIVEIRA, Adriano; ROMÃO, Maurício Costa; GADELHA, Carlos. **Eleições e pesquisas eleitorais: desvendando a caixa-preta**. Recife: Editora Juruá, 2012.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Andreza Davidian é mestranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é pesquisadora no Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEBRAP).

Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza possui mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Atualmente, é doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Gabriel Fernandes Rocha Guimarães é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Mestre em Ciência Política pela mesma instituição. Atualmente, é doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Glauco Silva possui doutorado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com período sanduiche no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Atualmente, é professor da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEBRAP).

Juliano Domingues-da-Silva é doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é professor da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) no Centro de Ciências Sociais (CCS).

Lara Mesquita possui mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é doutoranda em Ciência Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEBRAP).

Luís Felipe Guedes da Graça é mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Atualmente, é doutorando em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Natalia Maciel possui mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM). Atualmente, é doutoranda em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).

Sonia Terron é doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Atualmente, é pesquisadora da

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e coordenadora do Espaço Alacip.

Tiago Prata Lopes Storni possui mestrado em Economia Aplicada no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é Assistente de Marketing na empresa Fattoriaweb.